

Sobre os intelectuais portugueses no século XIX (do Vintismo à Regeneração)*

1. INTRODUÇÃO

Na primeira metade do século XIX, a sociedade portuguesa foi atravessada por uma série de acontecimentos (invasões francesas, domínio inglês, revolução de 1820, revoltas e contra-revoltas entre 1834 e 1851) ao longo dos quais se desenvolveu uma nova *intelligentsia* cuja actividade ideológica e política contribuiria para alargar a crise orgânica do «antigo regime», para cimentar o acesso da burguesia ao poder político e para dar expressão às pretensões das suas diferentes fracções.

O recrutamento, formação e possibilidades de actuação desta nova *intelligentsia* passaram por mudanças várias, que umas vezes apontavam avanços e outras vezes denunciavam recuos na contenda com a *intelligentsia* tradicional. Progressivamente, o discurso desta ia sendo desalojado por um discurso novo (novo primeiro pelo conteúdo e só mais tarde — a partir da década de 30 — pela forma); todavia, para a sua elaboração e difusão seria preciso criar outras sedes que não as que a *intelligentsia* tradicional conseguia reter em monopólio, sendo mesmo necessário, em certas conjunturas, que aquelas sedes fossem clandestinamente organizadas.

O envolvimento dos intelectuais nos vários confrontos do período em causa ia definindo, através das diferentes configurações que assumia, todo um percurso, mais ou menos acidentado — o percurso da sua formação enquanto categoria social distinta.

Já na 2.ª metade do século XVIII, o clero tradicional via, inquieto, o enfraquecimento da sua posição no campo da luta pela hegemonia ideológica, atingido por medidas como a criação da Real Mesa Censória (1768) ou da Academia Real das Ciências (1779). Com a primeira destas instituições, o controlo de todas as publicações passava da Igreja para o Estado, acrescentando que a Real Mesa detinha ainda, para além da função fiscalizadora, o encargo de toda a administração e direcção dos estudos das escolas menores, incluindo o Real Colégio dos Nobres. Por seu lado, a Academia representava uma importante jogada a favor de uma *intelligentsia*

* Este texto correspondeu a uma fase do trabalho ainda exploratória. Publicamo-lo, no entanto, pensando que poderá ter para quem o leia a mesma utilidade que teve para quem o escreveu — suscitar problemas e reconhecer contradições.

composta de aristocratas estrangeirados (modelo: o duque de Lafões, homem formado pela Universidade de Coimbra, mas que depois viajara vários anos pela Europa, onde alargara os seus conhecimentos), de literatos e magistrados burgueses (Cruz e Silva, Nicolau Tolentino...) e de alguns eclesiásticos (padres oratorianos). E as forças conservadoras viam com suspeita estas ordens e classes reunidas em nome de uma comum cultura das luzes e identificadas, enquanto aristocracia intelectual, num testemunho da crise dos velhos valores, sobretudo evidenciada através da presença de eclesiásticos, denunciando o desenvolvimento dentro da própria Igreja de uma filosofia que a minava ¹.

O mais importante centro de formação da *intelligentsia* tradicional portuguesa, a Universidade de Coimbra, preocupada em eliminar os focos de subversão que nela mesma descobria, manifestaria, naturalmente, a sua hostilidade para com a Academia, onde via essa subversão institucionalizar-se, numa ameaça aos privilégios dos seus membros e à unidade e hegemonia do saber que difundia.

Entre aqueles que, pelos fins do século XVIII e princípios do XIX, participavam no trabalho testatário da nova *intelligentsia* contar-se-ia um número apreciável de juristas. Aliás, nas origens do processo de constituição dos intelectuais como categoria social distinta, os juristas teriam desempenhado papel relevante, dadas as suas características de grupo que, numa estrutura social rigidamente hierarquizada, afirmava a sua relativa autonomia na base da detenção de um certo *saber*. Não admira que se nos vá deparar uma grande afluência dos estudos jurídicos, uma vez que eles davam lugar a uma mobilidade social ascendente para a qual escasseavam os canais de acesso; por sua vez, uma burocracia em crescimento dava escoamento a grande número de juristas de então.

Essa burocracia juntamente com o exército constituiriam lugares privilegiados para o desenvolver da contestação que a conjuntura do final da primeira década oitocentista faria eclodir.

Intelectuais, burocratas e militares iam encontrar, através das lojas maçónicas, uma possibilidade de se reunir e organizar.

Aliás, a *intelligentsia*, ligada às actividades maçónicas, atravessaria um momento difícil quando das invasões francesas, presa numa rede de ambiguidades e contradições que as vicissitudes internas agudizavam. Identificando-se de início com o invasor, procuraria o seu apoio para levar por diante a luta constitucional (as forças da reacção também o procurariam, estas para tentar manter o *statu quo*), passando a combatê-lo a partir do momento em que o maçã Junot deixara claro que os interesses da França e os dele próprio estavam muito acima da fraternidade com os «irmãos» portugueses. De qualquer modo, espírito revolucionário e patriotismo iriam contender e dar azo a um clima de acusações de traição pouco propício à mobilização em torno da causa revolucionária.

Por outro lado, a luta contra o ocupante inglês dinamizaria a luta interna, que, até então praticamente reduzida à dimensão ideológica, se lançaria, desta feita, numa tentativa de insurreição armada (a gorada cons-

¹ José Liberato Freire de Carvalho dirigia, quando ainda frade, uma biblioteca no Convento de São Vicente de Fora, que recheava de obras francesas fornecidas por um livreiro Rey, do Chiado, entre 1800 e 1805 (por esta mesma altura, Liberato fazia-se maçã). Na biblioteca reuniam-se frequentemente vários intelectuais, que eram designados pelos frades do Convento como os *filósofos* (ver Borges Grainha, *História da Maçonaria em Portugal*, 1972; Vitorino Nemésio, *Exilados*).

piração de Gomes Freire de Andrade) que o descontentamento dos oficiais do exército português, desfavorecidos em relação aos ingleses, contribuiu para desencadear.

Entretanto, a crise económica (perda parcial do mercado brasileiro, baixa de preços dos produtos agrícolas, concorrência das mercadorias inglesas no mercado nacional) alargava o número de descontentes e sensibilizava novos elementos — comerciantes e industriais — para as ideias revolucionárias.

Em 1820, alguns magistrados e militares, mau grado as desinteligências que a corrida para o poder levantava entre eles, conseguiam levar a cabo o golpe que iria contribuir para modificar o Portugal velho.

82 % dos deputados às Constituintes eram magistrados e juristas, membros de profissões liberais e membros do clero; muitos deles pertenciam às organizações maçónicas; eram também, na sua maior parte, proprietários de terras com interesses ligados à agricultura comercial — verificar-se-ia, pois, neste momento, uma grande identidade entre representantes e representados (não estamos a referir-nos ao *representado* do imaginário liberal, o povo...).

Ao nível do ideológico, as medidas tomadas visavam claramente transformar os respectivos aparelhos no sentido de os fazer corresponder aos interesses das novas forças no poder. Legislava-se sobre a liberdade do ensino e da imprensa — esperava-se que aquele e esta renovassem a mentalidade dos cidadãos e daí resultasse o alargamento da base de apoio ao constitucionalismo. «As armas mais poderosas para combater as ideias anticonstitucionais são os escritos e a imprensa; e, na ordem dos escritos impressos, nenhuns são tão lidos como os periódicos; impor tributo sobre eles é fazer com que cheguem a menor número de leitores e tolher que as luzes se espalhem; é o mesmo que não querer que as ideias anticonstitucionais se combatam» — palavras de Mouzinho da Silveira * nas Cortes quando do debate sobre os portes de correio e a sua influência negativa sobre a circulação dos jornais pela província.

De notar que na lei sobre a liberdade da imprensa se reconhecia pela primeira vez a legitimidade da propriedade literária, questão que, todavia, só viria a tomar relevo entre nós a partir da década de 40, quando a produção literária, no sentido estrito, ganhava vulto a par do trabalho político-ideológico que, por agora, absorvia praticamente toda a actividade dos intelectuais (os escritos dos intelectuais da geração vintista eram, na sua maioria, ensaios histórico-político-filosóficos ou artigos na imprensa política, para lá dos exercíciuzinhos poéticos da juventude).

Ainda neste curto período do primeiro constitucionalismo se afirmaria um conceito de cultura utilitária que deslocava o *saber* das regiões elevadas de uma ciência inacessível para os «baixos» do conhecimento tecnológico.

As discussões nas Cortes sobre os orçamentos dos estabelecimentos científicos, literários e artísticos (adiante referidas) seriam uma das manifestações do confronto entre os diferentes interesses ali representados.

Entretanto, as sucessivas perdas de posição da ala mais radical dos liberais iam denunciando a sua fraqueza perante o adversário senhorial, contra o qual não haviam podido mobilizar os pequenos rendeiros e a

* Ver referências biográficas no quadro em anexo para os nomes assim assinalados.

multidão de jornaleiros pobres que formavam a grande massa de uma população rural que, por sua vez, constituía o grosso da população total; além do mais, falhavam-lhes muitos dos entusiastas do início da revolução, que, insatisfeitos ou prejudicados nos seus interesses, esqueciam agora esse entusiasmo, como era o caso daqueles que, atingidos pelas novas condições a que o comércio português ficara sujeito com o franqueamento do Brasil à Inglaterra, em 1808, e com o Tratado Anglo-Português de 1810, tinham depositado no novo regime a esperança de solução para os seus problemas, esperança a que o reconhecimento da independência do Brasil viria a pôr ponto final². O adversário, numa rápida recuperação, cedo restaurava a monarquia absoluta.

As obstruções que as instâncias de produção, difusão e consagração cultural tinham sofrido, devido quer à repressividade da «viradeira» que sobreviera à queda de Pombal, quer à irregularidade de funcionamento imposta pelos anos da Guerra Peninsular, iriam agora assumir proporções mais graves.

As depurações fomentadas pela facção ultra-realista atingiriam milhares de pessoas durante o regime miguelista, número em que estava incluída uma parte considerável do pessoal burocrático, escolar e militar.

A imprensa passava para as mãos de clérigos reacconários³, que, dispondo ainda de um outro importante meio de comunicação acessível aos analfabetos (os sermões), utilizavam aquela e este na campanha antiliberal. Quanto aos liberais, ver-se-iam reduzidos a formas clandestinas de actuação, instalando a sede da sua luta política e ideológica nos países de exílio.

Após a vitória dos liberais verificar-se-ia uma certa demarcação entre os intelectuais que tinham tido de se exilar e os que haviam ficado no País, efeito dos diferentes modos e modas que aqueles para aqui transportavam, juntamente com uma convicção na superioridade das próprias experiências, o que os levava a reivindicar direitos em nome do seu particular estatuto

² Alguns dos elementos dos grupos sociais que tinham desempenhado um papel activo na revolução dissociar-se-iam dela e acabariam mesmo, em certos casos, por aderir ao movimento contra-revolucionário, desinteressados da evolução de um processo que não só não lhes trazia as reformas desejadas, como ameaçava ultrapassá-los com exigências que temiam ver efectivadas pela prática política — «Os fidalgos provincianos, que haviam levado a abnegação ao extremo de se constituírem patronos e fautores da liberdade, faziam os mais patrióticos idílios sobre a igualdade [...] mas entibiava-se-lhes a consciência ao menor acesso de reformação na propriedade e à menor indicação de nivelamento nos proventos e nos encargos sociais. O desembargador, ao revés do que eram e são ainda todos os jurisconsultos, os esteios de despotismo e os apóstolos da ordem materialista, achava na jurisprudência razões e argumentos favoráveis à liberdade [...] mas julgaria infamada a toga judiciária se alguém ousasse meter ordem no caos da lei civil e na oligarquia infrene da velha magistratura. O militar oferecia a sua espada e o seu braço para a defesa da liberdade, mas [...] estremecia com a só ideia de alterar num ápice a aristocracia das armas e o carácter patriciano da profissão guerreira.» (Latino Coelho, *O Visconde de Almeida Garrett*, citado na *História de Portugal*, dir. Damião Peres, vol. VII.)

³ O movimento da imprensa que irrompera após 1820 sofreria uma queda espectacular sob o miguelismo, que sujeitava jornais e jornalistas a dura vigilância e perseguições. Entretanto desabrochavam os jornais de apoio a D. Miguel, redigidos, na sua quase totalidade, por membros do clero: *A Besta Esfolada* e *O Desengano*, pelo P.^o José Agostinho de Macedo; *O Mastigoforo* e *A Contra Mina*, por Fr. Fortunato de São Boaventura; *Defeza de Portugal*, pelo P.^o Pereira de Miranda; *O Cacete*, pelo P.^o Francisco Recreio... (ver José Tengarrinha, *História da Imprensa Periódica em Portugal*, Portugália Editora, 1965).

de ex-proscritos. Deste modo, na corrida aos lugares políticos e administrativos desencadeada por altura da constituição do Governo liberal, os ex-exilados procurariam fazer valer um *capital* constituído não só pelas relações sociais e competências entretanto adquiridas, mas igualmente pelas demonstrações de patriotismo e espírito revolucionário, de que se consideravam, porventura, os mais legítimos representantes.

Retorquiavam-lhes os outros, evocando as vicissitudes dos liberais que tinham permanecido no País e aí mantido a sua fidelidade à causa; porém, no domínio das competências, como os seus investimentos culturais eram, em regra, de menor monta, as manifestações de concorrência exprimiam-se muitas vezes negativamente, através da rejeição dos projectos intelectuais dos ex-emigrados.

Assim, as medidas reformadoras, elaboradas segundo o modelo francês estudado no exílio, foram frequentemente acusadas de não passarem de meras cópias inadequadas à sociedade portuguesa — e as divergências, nesta matéria (não considerando agora os possíveis casos de efectiva inadequação), parecem dever ser entendidas não só em função de uma atitude conservadora desagradada de inovações à francesa, mas também em termos de uma concorrência entre intelectuais cujos investimentos culturais proporcionavam desiguais lucros...

A grande instabilidade de condições de vida que há anos se vinha verificando dava lugar a frequentes casos de mobilidade social descendente rápida, que atingiram famílias de tendências quer liberais, quer, mais tarde, legitimistas, umas e outras sucessivamente objecto de perseguições e sequestro de bens. Por outro lado, o regime liberal promovia muitos dos que tinham servido a causa, recompensando-os com lugares de destaque ou nobilitando-os. É presumível que estes diferentes fenómenos alterassem um tanto a configuração da base de recrutamento dos intelectuais e modificassem certas expectativas de carreira, como o indicam, de resto, as biografias de alguns intelectuais da geração de 50, a que adiante se aludirá. Para lá das modificações conjunturais, a estrutura social portuguesa transformava-se — de 1820 a 1860 aproximadamente, a burguesia parece ter duplicado a sua percentagem, assumindo particular relevo o aumento do número relativo de comerciantes e industriais⁴, o que aponta para um alargamento da dita base de recrutamento.

Por altura do setembrismo desenvolviam-se necessidades novas que exigiam novas competências e novas instâncias para as formar — a instância tradicional monopolizadora do ensino superior (Universidade de Coimbra) ia travar dura luta para manter os seus privilégios e defender-se da concorrência das escolas de orientação politécnica que se criavam em Lisboa e no Porto.

Surgia um estilo novo, democratizante, que se transmitia através da linguagem corporal, oral e escrita dos intelectuais e políticos do setembrismo. Precisamente os homens do primeiro Ministério setembrista (Passos Manuel *, Vieira de Castro, Sá da Bandeira) cultivavam a simplicidade no traje, a modéstia nos hábitos de vida, a informalidade na linguagem⁵. Num

⁴ Joel Serrão, *Dicionário de História de Portugal*, t. I, pp. 405-406; Oliveira Marques, *História de Portugal*, t. II.

⁵ «E esses homens tinham fé, crenças ardentes e tamanha força de vida que muitas vezes, no calor das discussões, se serviam de imagens excessivamente pitorescas, para exprimir as suas ideias de inovadores. Passos Manuel exclamou um dia

mesmo sentido se orientavam as preocupações dos membros do Conselho da Coroa, que pretendiam modificar a legislação tanto no fundo como na forma — a leitura, no exílio, das modernas leis francesas e inglesas mostrara-lhes como era pesado e massudo o estilo das nossas, escritas segundo «o chavão cediço das velhas secretarias»⁶.

Garrett *, então convidado para redigir muitos dos documentos oficiais, seria também aquele que, na literatura, ia lançar o estilo coloquial e directo.

Notava-se uma tendência para encurtar as distâncias sociais quer entre governantes e governados, quer entre os produtos culturais e o público consumidor.

Naturalmente que o grande público era ainda um muito reduzido público, mas os intelectuais (os privilegiados da meritocracia por eles próprios propugnada...) proclamavam propósitos não elitistas e recusavam uma produção cultural para consumo restrito — em 1846 dizia Garrett: «Este é um século democrático: tudo o que se fizer há-de ser pelo povo e com o povo... ou não se faz. Os príncipes deixaram de ser, nem podem ser, Augustos. Os poetas fizeram-se cidadãos, tomaram parte na coisa pública como sua; querem ir, como Eurípides e Sófocles, solicitar na praça os sufrágios populares, não, como Horácio e Virgílio, cortejar no Paço as simpatias de reais corações [...]. Os leitores e os espectadores de hoje querem pasto mais forte, menos condimentado e mais substancial do que os sonetos e os madrigais: é povo, quer verdade. Dai-lhe a verdade do passado no romance e no drama histórico — no drama e na novela da actualidade ofereci-lhe o espelho em que se mire a si e ao seu tempo, a sociedade que lhe está por cima, abaixo, ao seu nível — e o povo há-de aplaudir, porque entende; é preciso entender para apreciar e gostar.»⁷

Recolhe-se destas poucas linhas uma série de indicações que, para além das idealizações de que estão imbuídas, não deixam de revelar novas tendências no mercado de bens culturais, nomeadamente a constituição de um público recrutado nas camadas médias da burguesia, a necessidade de levar em conta as exigências desse público e a consequente importância do romance e do drama como géneros dos mais adequados para estabelecer a aproximação entre o escritor e o público.

A consagração do intelectual através do público ganhava peso e ia influir sobre as velhas instâncias consagradoras. Note-se, no entanto, que a Academia Real das Ciências e a Universidade de Coimbra, apesar de alvos

nas Cortes: «Eu gosto tanto de leis novas como de moças novas!» (Gomes de Amorim, *Garrett — Memórias Biográficas*, t. II, cap. VII.)

De notar que a referida simplicidade no traje e modéstia nos hábitos de vida traduziriam uma atitude política adequada em homens de um partido que se apoiava nas classes médias e, muito particularmente, nas classes industriais, às quais scandalizava o luxo ostentatório de importação (ver A. Silbert, *Do Portugal do Antigo Regime ao Portugal Oitocentista*, Livros Horizonte, p. 194).

⁶ «Repugnava-lhes o estilo pesado e massudo, o chavão cediço das velhas secretarias, que arrastava dolorosamente o assunto, dilacerando-o e diluindo-o, por entre obscuras escabrosidades gramaticais [...] Inovadores de boa-fé, queriam que a sua obra de renovação e renascimento fosse amada em todas as suas partes, tanto no fundo como na forma.» (Gomes de Amorim, *op. cit.*, t. II, cap. VII.)

⁷ Garrett, *Memória ao Conservatório Real*, que acompanhava o *Frei Luís de Sousa*, 1846. Será interessante confrontar estas palavras com as de uma outra citação de Garrett (ver adiante nota 11), datada de 1837, quando a relação de forças não era ainda tão propícia como em 1846 (Maria da Fonte, Patuleia) à tomada de posições radicais... mesmo da parte dos moderados.

das críticas dos liberais ⁸, continuavam a desempenhar o seu papel de legitimadoras da produção cultural: ser sócio da Academia era uma distinção procurada e ostentada por um considerável número de intelectuais tanto radicais como conservadores, e, no que se refere à Universidade, Herculano ^{*}, por exemplo, pedia o parecer da Faculdade de Direito — onde, aliás, contava com a influência de um lente seu amigo — sobre o volume IV da *História de Portugal*, confessando ao reitor «a ilegitimidade» de seus «títulos para tratar matérias de profissão alheia» ⁹.

Mais do que o teatro ou o romance a que Garrett aludia, o jornalismo era uma forma privilegiada de contacto com o público ¹⁰, aquela que garantia ao intelectual a mais ampla difusão do seu produto. De resto, o próprio jornal funcionava muito frequentemente como meio difusor para os romances, que, num grande número, eram inicialmente publicados em folhetins na imprensa, e para a produção dramática, que aí era anunciada e comentada e que, inclusivamente, se apoiava num grande número de periódicos especializados, alguns deles mantidos pelos próprios empresários teatrais (caso de *O Desenjoativo Teatral*, jornal que, em 1838, sustentava os interesses da empresa teatral do Salitre contra a da Rua dos Condes; por sua vez, *A Atalaia dos Teatros* publicava-se para combater *O Desenjoativo Teatral*).

O jornalismo, se, por si só, não assegurava ao intelectual condições de independência económica, oferecia-lhe possibilidades de obter um capital social interessante (popularidade, apoios políticos, frequência dos meios intelectuais...), capital esse que, por sua vez, lhe poderia proporcionar acesso a uma carreira política ou burocrática.

A escassa dimensão do público consumidor de bens culturais fazia que a carreira pública continuasse a impor-se quase exclusivamente, permanecendo o intelectual estreitamente dependente das instâncias políticas. Por outro lado, a intensa politização em que se vivia, particularmente no período da revolução de Setembro à Regeneração, dificilmente permitia que ele se marginalizasse. A tribuna parlamentar e a imprensa eram autênticas arenas de violentos combates entre setembristas e cartistas e respectivas facções.

No provimento dos lugares do Estado dominava o favor político; o funcionalismo público via-se afectado por demissões e substituições conforme mudava a facção no poder.

Todavia, para lá do engajamento político e das decorrentes hostilizações, existia um espaço em que se praticava uma coexistência relativamente pacífica entre intelectuais de diferentes facções, espaço constituído pelos salões da aristocracia ou da grande burguesia, onde se continuava a

^{*} A Academia, suspeita para os conservadores nos seus primeiros anos, sê-lo-ia também, por outro lado, aos olhos de alguns revolucionários liberais, como adiante se verá.

⁹ Silvestre Ribeiro, *História dos Estabelecimentos Científicos, Literários e Artísticos de Portugal*, t. IX, p. 398.

¹⁰ Em 1872 foi publicada uma *Statistique de la presse portugaise 1641 à 1872*, por Carvalho Protes.

Resumo dessa estatística: jornais políticos, 850; jornais científicos e literários, 261; jornais de agricultura, comércio, indústria e artes, 41; jornais de medicina, farmácia, etc., 26; jornais de jurisprudência, administração, etc., 40; jornais de religião, 46; jornais de assuntos militares, 9; jornais de teatro, belas-artes, modas, 47; jornais satíricos, burlescos, críticos, etc., 45; jornais de anúncios, 42. (Silvestre Ribeiro, *op. cit.*, t. VII.)

cultivar o ideal da *nobilitas literaria*; pelas associações culturais, onde se proclamava a necessidade de fomentar a unidade da «república literária»; pelos jantares de confraternização entre «homens de letras», presididos por uma personalidade e onde a camaradagem espirituosa era de ordem. Qualquer destes aparelhos de sociabilidade (adiante voltaremos a referi-los) contribuiria para fomentar um sentimento de solidariedade de casta entre os intelectuais que, de certo modo, neutralizava ou dissimulava as suas posições de classe.

Acontecia também que, no próprio campo da política, setembristas e cartistas, exceptuando as respectivas fracções extremistas, iam descobrindo que as suas divergências não eram tão profundas como tinham parecido... E, embora quase inapercebidamente, preparava-se terreno para a reconciliação dos partidos. Já em 1837, uma das figuras de maior destaque da *intelligentsia* de então, Garrett, um moderado, fora dos primeiros a exprimir aquela tendência no Parlamento; curiosamente, fizera-o invocando a sua qualidade de homem de letras independente¹¹ e apelando para as virtudes do diálogo enquanto confronto de pontos de vista capaz de conduzir ao esclarecimento e daqui à conciliação.

Mas as ditaduras cabralistas interromperiam os intentos reconciliadores...

Com as lutas da Maria da Fonte e da Patuleia, os intelectuais setembristas radicais, porta-vozes de uma pequena burguesia urbana que identificavam com o povo, passaram, muitos deles, à luta armada, alistando-se nas «armas populares». Quanto aos intelectuais cartistas, se uns, como Mendes Leal*, ingressavam no batalhão dos voluntários cartistas, outros havia que se dissociavam da facção cabralista e preferiam conservar-se o mais possível alheados das lutas, como Herculano, que se refugiaria na investigação histórica.

No fim da segunda ditadura cabralista, a «lei das rolhas» seria o detonador que levaria muitos dos intelectuais cartistas moderados a saírem da pseudoneutralidade e alinharem nos protestos, apondo a sua firma aos abaixo-assinados que circulavam contra essa medida atentatória da liberdade de expressão. De resto, já na primeira ditadura suscitara grande desagrado entre a *intelligentsia* um decreto publicado em 1844 (derrogado em 1846 pelo Ministério Palmela) onde se estipulava que «os professores de instrução superior poderão ser pelo Governo exonerados do magistério, precedendo voto deliberativo do Conselho de Estado, quando o bem do serviço público o exigir».

A solidariedade de casta entre homens que coexistiam, nomeadamente no pequeno espaço cultural lisboeta, não podia deixar de causar dificuldades quando a luta atingia uma fase de endurecimento marcada por mortes, deportações e prisões — dificuldades de que, por exemplo, dá conta a ansiedade do próprio Mendes Leal, talvez o intelectual de maior renome na facção cabralista, quando visitava assiduamente os companheiros de letras no Limoeiro (os participantes no movimento republicinizante das «Hidras», de que tinham sido líderes José Estêvão* e Oliveira Marreca*), presos por mandato do Governo que ele apoiava, ou quando se esforçava por que

¹¹ «Bem sei que para mim não há, não pode haver, nem o favor dos palácios, nem a aura dos comícios [...] o único estado e profissão que tenho e prezo, nem de uns nem de outros depende; e a ambição que ainda pode algum tanto comigo, não são eles que a satisfazem. O pobre homem de letras tem ao menos essa vantagem.» (Citado em Gomes de Amorim, *op. cit.*, t. II, cap. IX.)

não fosse proibida a publicação do jornal dos seus adversários políticos *A Revolução de Setembro*...

O intelectual setembrista radical, ou patuleia, como então gostava de se identificar, era quem encarnava a figura do herói revolucionário romântico e a sua própria vida transfigurava-se numa espécie de romance que, anos depois, forneceria matéria para frequentes biografias e autobiografias onde nostálgicamente se evocava o entusiasmo do período entre a revolução do Minho e a Regeneração, quando os quadros de vida habituais se tinham rompido e se passava o tempo entre confrontos armados nas próprias praças e ruas da capital, reuniões secretas e moradas clandestinas (José Estêvão, que tinha a cabeça a prêmio, escondia-se na casa de um padre realista e saía, à noite, disfarçado de óculos verdes).

A aventura patuleia, mau grado contida (e contendo-se...) em 1847, abria entretanto algumas brechas no que Herculano denominaria «o País nominal inventado nas secretarias, nos quartéis, nos clubes, nos jornais...». Para lá das leituras dos socialistas utópicos e dos ecos da revolução de 1848 em França, o contacto directo e violento com o País real teria contribuído para que alguns intelectuais ficassem alertados para novos problemas sociais, muito particularmente os que se ligavam ao atraso e à pobreza dos trabalhadores que se considerava urgente civilizar e ajudar a promover a *obreiros-proprietários* antes que pudessem constituir uma grave questão social como a que agitava a França, a Inglaterra e a Alemanha¹². Nesse sentido, os intelectuais da geração de 50¹³, que se atribuíam a missão social de emancipar os trabalhadores, desenvolveriam grande actividade em várias frentes: lançamento do movimento associativista; fundação de jornais «socializantes» e republicanos; criação de uma literatura ficcionista-doutrinária.

Um novo tipo de intelectual aparecia a colaborar nestas actividades, tipo de extracção social muito modesta, autodidacta, nalguns casos trabalhando como operário (Vieira da Silva * e Silva Albuquerque foram tipógrafos, Gomes de Amorim *, chapeleiro; este último era designado como o *poeta-operário*) — condições elas mesmas que lhe facilitavam a entrada nos meios culturais, onde figurava como *fenómeno*, encarnação viva do mito pequeno-burguês da promoção social através da educação e do esforço, mito que a relativa prosperidade da Regeneração ia alimentar.

Entretanto, com o apaziguamento das discussões políticas, após a liquidação da segunda ditadura cabralista (apaziguamento a que parece ter sido propícia uma conjuntura expansionista que permitiu o acesso da burguesia industrial e rural à partilha do poder, até ali confinado à oligar-

¹² Em Portugal, embora de forma atenuada, as manifestações de pauperismo e de sublevação operária começavam a verificar-se. Por exemplo, em 1846, os tecelões da Covilhã reagiam a uma tentativa de mecanização destruindo as novas máquinas; em 1847, em Lisboa, a grande miséria dava lugar a assaltos frequentes, levando o Governo a ordenar a distribuição diária de 2500 pães e a criar a Sopa Económica; em 1852, os tipógrafos da *Revolução de Setembro* faziam uma greve reivindicando melhoria de salários para a classe.

Abordámos já as formas de tratamento literário da relação capital/trabalho em «Para uma análise das ideologias burguesas, II — O drama social», in *Análise Social*, n.º 52, 1978.

¹³ Distinguímos três gerações ao longo do período considerado neste trabalho — a geração vintista, a da década de 1830-40 e a de 1850.

quia financeira)¹⁴, assistia-se ao alinhamento de setembristas e cartistas perante o programa regenerador dos «melhoramentos materiais». Os ditos «socializantes» da geração de 50 apoiá-lo-iam e adiariam alguns pontos do seu próprio programa, como a descentralização política e administrativa, em nome da melhoria das condições de vida da população.

Ligado ao ideal dos «melhoramentos materiais», surgiria ainda um outro tipo de intelectual que as exigências de uma divisão social do trabalho mais racionalizada reclamavam — era o «especialista» formado, muitas vezes, nas escolas de orientação politécnica que a burguesia setembrista criara, em Lisboa e no Porto, a seguir à sua revolução. Tratava-se, frequentemente, de engenheiros que acumulavam a prática política e literária com a actividade profissional, dotados de uma formação técnica que sobrelevava a formação «humanista» tradicional, relativamente independentes das velhas instâncias de consagração, permeáveis a uma nova filosofia que concebia a sociedade como um sistema regulado por leis naturais e evoluindo no sentido de um progresso que a aplicação produtiva do saber aceleraria¹⁵. As preocupações destes homens começavam a ultrapassar os problemas da remoção dos obstáculos que o «antigo regime» levantava ainda ao desenvolvimento capitalista, para se orientarem fundamentalmente para a questão da organização do trabalho¹⁶. O reconhecimento da antinomia capital/trabalho e as diferentes propostas para a evitar, que se manifestavam ao nível do ideológico, assinalavam, ao mesmo tempo que a reconciliação política das classes possidentes, o superar da fase revolucionária da burguesia em Portugal e o início da sua aproximação em relação à burguesia de sociedades capitalistas mais desenvolvidas.

Começava a divulgar-se a ideia da necessidade de dispor de especialistas. Já acusava usura o político amador, que fazia ouvir, no teatro parlamentar, a sua retumbante linguagem recheada de erudição clássica... Procurava-se uma linguagem concisa, despida de ornatos retóricos, o que anunciava o inevitável corte entre o discurso técnico e o discurso literário — «[...] as louçainhas, que essas penas atrozmente desviadas da sua primeira destinação difundem pelo discurso todos os dias, estão brigando muitas vezes com a natureza do assunto, achando-se condenadas por uma fatalidade inexplicável a suprir a veemência, a concisão, o apropriado dos termos e o técnico da frase. A economia enfeita-se com os botões de rosa do idílio, cuidando seduzir assim mais a talante o positivismo do sufrágio [...] e a clâmide

¹⁴ Ver Villaverde Cabral, *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no Século XIX*, cap. IV, ed. A Regra do Jogo, 1976.

¹⁵ As Escolas Politécnicas de Lisboa e Porto, onde, em muitos casos, este novo tipo de intelectual se formava, teriam preparado o terreno para a introdução da filosofia positivista, através das disciplinas científicas que ministravam (propriamente o estudo do pensamento comteano só em 1865 se faria na Universidade — ver Fernando de Almeida Catroga, *Os Inícios do Positivismo em Portugal*, Universidade de Coimbra, 1977).

¹⁶ O engenheiro Sousa Brandão escrevia no n.º 1 do *Eco dos Operários* (1850): «O único meio de evitar as pretensões injustas do capital, sem que a suspensão dos seus interesses arrastasse uma revolução social, seria a amortização. É fácil de conhecer como uma sociedade bem organizada, produzindo consideravelmente mais do que hoje, podia em pouco tempo amortizar o capital e torná-lo propriedade sua. [...] Unindo os esforços dos indivíduos de cada grémio, favorecendo directamente as suas tendências, aproveitando as diversas aptidões, combinando as diferentes ocupações, chega-se a obter a organização do trabalho. Por este meio, os socialistas esperam que a produção seja, pelo menos, quatro vezes maior do que hoje é na indústria desorganizada.»

trágica de uma figura de retórica vem descaído pretenciosamente sobre uma teoria administrativa...»¹⁷, escrevia-se num artigo de um semanário.

Na linha da ideologia ligada ao programa dos «melhoramentos materiais» proclamava-se uma noção de beleza ligada à utilidade, ao progresso — D. Pedro V (o monarca dilecto da nossa *intelligentsia* progressista, com cujas aspirações ele, de resto, tanto se identificava), de visita a Londres, extasiado com o espectáculo de prosperidade das docas, escrevia no seu *Diário*: «C'est tout ce qu'il a de beau pour celui qui voit la beauté dans l'utilité...», e recusava as acusações ao seu século de positivismo, tido como grosseiro — «[le positivisme] a été bien au contraire le résultat de l'action des époques qui l'ont précédé, de l'inutilité de vivre des chimères, du manque de base solide surtout des œuvres d'esprit du siècle XVIII. Il fut une réaction. On l'accuse encore d'avoir matérialisé les acts, d'avoir tué le romanesque. Les arts, en se liant à l'industrie, ne sont aucunement matérialisées, elles ont bien au contraire relevé l'industrie, sans s'abaisser [...] Je crois qu'on ne perd pas à ce positivisme, qui a réalisé des merveilles comme le Pont Tubulaire et le Palais de Cristal, l'expression plus vive, et, remarquez le bien, la plus poétique de notre siècle.»

Mas os velhos chefes de fila da *intelligentsia* (Garrett, Herculano e Castilho *) não acompanharam, como se sabe, o entusiasmo pelos melhoramentos materiais. À volta do tema do caminho-de-ferro exprimir-se-ia a recusa ou a apologia de uma certa forma de desenvolvimento — Garrett já em 1846 afirmava, nas *Viagens na Minha Terra*: «Nos caminhos-de-ferro dos barões é que eu juro não andar»¹⁸; mas duvidava ainda da possibilidade da sua realização: «Escusado é a jura, porém. Se as estradas fossem de papel, fá-las-iam, não digo que não. Mas de metal! Que tenha o Governo juízo, que as faça de pedra, que pode, e viajaremos com muito prazer e com muita utilidade e proveito na nossa boa terra.» O caminho-de-ferro seria o pretexto de uma polémica jornalística entre Herculano e o «socializante» Lopes de Mendonça *; escrevia este último: «Percebemos claramente o que faz hesitar a vossa alta inteligência, as *repugnâncias* involuntárias que vos assaltam em presença da revolução que o caminho-de-ferro exerce dentro das sociedades modernas [...] O caminho-de-ferro, politicamente, é o princípio da centralização; economicamente, é o aumento da produção e do comércio, a vida industrial desenvolvida pela rapidez, e o tempo e o espaço quase desaparecem [...]; socialmente, o caminho-de-ferro há-de desagregar e dispersar populações, fazer que a oficina e o domicílio se estabeleçam indistintamente aqui ou além, que as operações do comércio interno se pratiquem sobre todos os pontos que ele atravessar; e, debaixo deste último aspecto essencialmente descentralizador, a indústria fica sendo como o universo definido por Pascal — tendo o centro em toda a parte e a circunferência em parte nenhuma. Como se pode ligar esta revolução com a ideia de um *município* vivendo sobre si mesmo, administrativa e industrialmente independente, mais ou menos separado dos interesses dos outros municípios, restrito, circunscrito na sua individualidade social e política?»¹⁹ Para

¹⁷ Luís Filipe Leite, «A imprensa política e a imprensa literária», in *Arquivo Pitoresco*, 1857, p. 102.

¹⁸ E não andaria... A inauguração da primeira linha férrea foi em 1856 e Garrett morrera dois anos antes.

¹⁹ *Revista de Setembro* de 24 de Abril de 1853.

O municipalismo, como se sabe, é a receita de Herculano para impedir o velho despotismo absolutista e o novo «despotismo das multidões ou o capitalismo dos

Lopes de Mendonça, o progresso social e político confundia-se com o progresso económico e este passava pela resolução do problema das comunicações. Os caminhos-de-ferro abriam Portugal ao mundo, uniam-no à Espanha (um outro intelectual novo, Latino Coelho *, considerava-os uma via para a *união ibérica*...) e, a mais longo prazo, às restantes nações (a *república universal* que L. de Mendonça tinha em vista).

Esta polémica, que contrapunha aos limites do municipalismo de Herculano as aspirações internacionalistas de um «socializante», parece-nos um importante sintoma do esgotamento do velho liberalismo romântico e da constituição de uma *intelligentsia* que se viria a definir na contestatária geração de 70, para a qual *regeneração* deixaria de ser palavra de ordem.

2. REVOLUÇÃO E CONTRA-REVOLUÇÃO

FORMAS CLANDESTINAS DE ORGANIZAÇÃO DA NOVA *INTELLIGENTSIA*; DA DISCUSSÃO NÃO NASCEU A LUZ...; MEDIDAS DE «PURIFICAÇÃO DAS ALMAS»

Pelos fins do século XVIII, princípios do XIX, as condições sociais de existência dos intelectuais portugueses dificilmente lhes proporcionavam meios satisfatórios de se formar, organizar e exercer as suas funções. Era reduzido o número de instâncias de produção, difusão e consagração cultural onde se pudessem integrar e, sobretudo, era apertada a vigilância a que estava sujeita a sua vida pública e privada, e particularmente a sua actividade cultural.

Por princípio, a detenção do saber aparecia como suspeita para os órgãos do poder e podia mesmo representar risco de descrédito para os detentores. Ser investigador e académico ou lente universitário não impedia, como já vimos, que se fosse alvo de perseguições ou mesmo de prisão, uma vez denunciado como *filósofo*, ou seja, revolucionário. É exemplar o caso de José Anastácio da Cunha, lente de Geometria na Universidade de Coimbra, preso em 1778 na sequência de denúncias, por ordem do Conselho-Geral da Inquisição. Entre as peças acusatórias figuravam as companhias que frequentava (oficiais ingleses protestantes da praça de Valença), as conversas impias com elas travadas, os livros da sua biblioteca (100 volumes, em que se contavam as muito mal vistas obras de Voltaire), as suas traduções de poemas de Voltaire, o viver em mancebia com uma moça a quem não deixava ir à missa...

Por sua vez, o escritor, sem meios de fortuna, que vivia de traduções e da venda dos seus folhetos poéticos, ficava reduzido à marginalidade, fechado no reduto dos botequins e consumindo-se em «guerras poéticas» com os seus pares. Ser poeta era condição vergonhosa e desacreditada, se não era também título de perseguição, como quando a repressão político-ideológica, invocando justificações éticas, ordenava mandatos de prisão por costumes dissolutos e ameaças à ordem social. Ainda em 1825, Garrett, na *Lírica*, dava conta dos seus receios de se apresentar como poeta, quando «todos sabem que para se adquirir este nome em Portugal é necessário andar maltrapilho, viver vida cínica pelos cafés e

césares do plebiscito» (ver António José Saraiva, *Herculano e o Liberalismo em Portugal*, cap. XI, Lisboa, 1977). De certo modo, o seu municipalismo faz parte do ideário romântico de retorno aos modelos medievos, que dificilmente poderia ser aceite pelos novos intelectuais virados para o futuro...

bilhares do Chiado ou do Quebracostas, onde, com o charuto na boca e o ponche ou a filipina na mão, se discute de sonetos, décimas, odes pindáricas e ditirambos...».

As perseguições à *intelligentsia* anticonservadora dariam lugar a uma autêntica «fuga de cérebros», que, interrompida por altura do primeiro constitucionalismo, ia aumentar com a contra-revolução miguelista ²⁰.

Donde, aliás à semelhança do que se passava noutros países quando da emergência da burguesia, também entre nós, e provavelmente de forma mais premente, esta classe teria de recorrer a formas de organização clandestina para constituir os seus agentes ideológicos e políticos.

Efectivamente, através da imprensa clandestina e das associações secretas, a nova *intelligentsia* conseguiria desenvolver uma acção relativamente importante, na tentativa de estabelecer a hegemonia da ideologia liberal na sociedade portuguesa.

As invasões francesas, pelos contactos que possibilitaram, teriam contribuído para a propagação das novas ideias, embora, nos seus efeitos directos e imediatos, elas tenham embaraçado mais do que favorecido a luta contra o «antigo regime». Napoleão escolheria o apoio da nobreza, recusando fazer em Portugal uma política de ataque às velhas estruturas; deixaria, pois, sem resposta as tentativas feitas neste sentido por um grupo de portugueses emigrados junto do Governo Francês ²¹.

O grupo de liberais que teria estado na origem do documento apresentado pelo representante da Casa dos Vinte e Quatro na reunião da Junta dos Três Estados convocada por ordem de Junot, debalde reclamaria um rei constitucional (da família do imperador francês) e uma Constituição que reconhecesse o princípio da divisão dos poderes, a igualdade perante a lei, a libertação dos bens de mão morta e a igualdade tributária com imposto proporcional.

Junot, interessado em guardar para si o trono português, perseguiria o movimento liberal, chefiado por um reitor do Colégio dos Nobres, um lente de Direito, um cônego, um desembargador, um oficial de cavalaria e um industrial franco-português (fundador, entre nós, em 1789, de uma importante fábrica de fição de algodão).

Segundo parece, um manifesto posto a circular por esse mesmo grupo daria lugar a várias petições de um considerável número de concelhos, o que não deixa de ser indicativo de uma relativa adesão ao movimento liberal. O mesmo parece poder deduzir-se do próprio clima de desconfiança dentro do exército, entre os populares ²² e o exército, entre amigos e

²⁰ Adoptaremos para a emigração ou exílio por motivos políticos a periodização em três fases: 1.ª exílio, nos fins do século XVIII, princípios do XIX (destacam-se nomes como os de Correia da Serra, Silvestre Pinheiro Ferreira, Solano Constâncio, a marquesa de Alorna); 2.ª exílio, depois de derrubado o constitucionalismo vintista, cerca de 1823; 3.ª exílio, no auge da contra-revolução miguelista, por alturas de 1828.

²¹ Ver A. Silbert, *op. cit.*, p. 70.

²² A hostilidade das camadas populares aos invasores repercutir-se-ia, por um lado, na perseguição aos jacobinos e mações, que consideravam identificados com os Franceses, e, por outro lado, na denúncia do oportunismo colaboracionista da nobreza (num folheto satírico que circulava em 1808 perguntava-se: «Quem oprime os Portugueses/Quem os rouba sem ter dó?/É esta tropa francesa/De quem é chefe o Junot/Pois então em Portugal/Consentem tanto ladrão?/[...]/Mas vejo que os não mataram/ Que a canalha toda brilha/ Que há-de ser, se cá havia/ Muitos da sua quadrilha?»; passava-se a indicar os da «quadrilha»: a regência, o chefe da Polícia, o Senado de Lisboa, enfim, os grandes e a fidalguia (ver Raul Brandão, *El-Rei Junot*).

vizinhos, que se acusam de jacobinos e entre si se denunciavam (um decreto de 1809 e um edital de 1810 ameaçavam quem não denunciasses presumíveis traidores e quem retivesse ou divulgasse os panfletos subversivos que os invasores espalhavam pela população).

Depois de a legião portuguesa que combatera no exército napoleónico voltar de França, em 1814, a actividade maçónica redobrou — José Maria Xavier de Araújo *, um dos homens da revolução de 1820, contava nas suas *Memórias Históricas* como a Maçonaria se desenvolvera extraordinariamente, ajudada pela indiferença de Beresford, que se ria das lojas chamadas *volantes* que iam proliferando no exército português.

A facilidade de entender as obras francesas favorecia a divulgação das ideias revolucionárias entre a mocidade coimbrã, particularmente, segundo as informações de Ribeiro Saraiva, um absolutista inabalável, entre aquela mocidade «que maiores aspirações intelectuais entretinha» e que adquiria pelas leituras «as ideias, os gostos, a presunção de uma ilustração, de um pensar, e sentir, e viver, acima do vulgar». Ainda de acordo com R. Saraiva, «foi nestes fascinados aspirantes a uma ilustração acima do vulgar que a Maçonaria, enfeitada em Coimbra com o nome de Jardinaria ou Jardineira, recrutou considerável número da mocidade académica». Ele próprio, quando estudante, fora contactado por condiscípulos maçons, que o sujeitaram, sem sucesso, às habituais formas de aliciamento — conversas apoloéticas e comprometedoras e visitas a casas onde se celebravam as reuniões, deixando-o entrever alguns dos objectos simbólicos usados nos cerimoniais. De acordo com o seu relato, a influência da Maçonaria, que já se fazia sentir em Coimbra antes de 1820, desenvolver-se-ia grandemente depois do movimento de 24 de Agosto, «na rapaziada que frequentava a Universidade»²³.

Efectivamente, no ano lectivo de 1817-18 organizara-se uma associação secreta maçónica²⁴ por iniciativa de um grupo de estudantes, entre os quais figuravam os jovens Garrett, Passos Manuel e José Maria Grande, que muito mais tarde, após 1836, fariam parte do pessoal político setembrista. Ainda em 1818 aparecia a loja Sapiência; em 1820, uma outra loja fundada por um padre, professor de Latim no Colégio das Artes²⁵, e, em 1821, a mais conhecida, a Sociedade dos Jardineiros. Sabe-se que vários bacharéis faziam parte da Sapiência, onde, aliás, não eram admitidos estudantes; um negociante da cidade, rico e respeitável, encontrava-se igualmente entre os seus membros. Aos Jardineiros pertencia o próprio juiz de fora de Coimbra, que mais tarde, instalado o Governo liberal, receberia o título de visconde²⁶. De resto, numa outra loja existente em 1818 (a loja Liberdade, esta em Elvas) figuravam as principais pessoas da cidade — o bispo

²³ Carta de Ribeiro Saraiva em *O Conimbricense*, n.º 3139, 1877.

²⁴ Gomes de Amorim, *op. cit.*, t. I, cap. IV.

Segundo Teófilo Braga (*História da Universidade de Coimbra*, t. IV, p. 327), esta loja teria sido fundada em 1820 e em 1821 daria lugar à Sociedade dos Jardineiros, nome provavelmente derivado da anterior, que se denominava Keporática (do grego *keporos*, «jardim»).

²⁵ O P.º Joaquim Cordeiro Pereira, que, demitido e preso em 1829, morreria nesse mesmo ano na cadeia do Aljube (ver lista dos professores demitidos ou preteridos durante o reinado de D. Miguel em J. Sívestre Ribeiro, *op. cit.*, t. IX, p. 86).

²⁶ Joaquim Martins de Carvalho, *Apontamentos para a História Contemporânea*, cap. V, Coimbra, 1868.

Ataíde, o general Stub, o visconde de Vila Nova de Gaia, o futuro conde de Bonfim, um cônego, um tenente-coronel, etc.²⁷

A imprensa clandestina viria complementar a acção das sociedades secretas e conceder-lhe maior amplitude. Durante a Guerra Peninsular dera-se o primeiro arranque do jornalismo político entre nós — utilizada, em princípio, como arma contra o invasor, a imprensa desenvolvera-se, estabelecera a sua rede de distribuição clandestina, capaz de iludir a vigilância dos Franceses, criara um público interessado, demonstrara, em suma, a importância do jornalismo na orientação da opinião pública. Nessa altura, a coberto da situação, «tudo se escrevia, todos escreviam e a todos era lícito revelar os seus pensamentos. Mas, assim que a guerra se acabou e, em vez de um despotismo militar, se começou a estabelecer o despotismo civil e religioso, decretos sobre decretos e ordens sobre ordens deram logo cabo de todos os escritos»²⁸. O número de jornais decrescia e parte deles passavam a ser redigidos pelos refugiados políticos, em Paris ou em Londres — proibidos de entrar em Portugal, estes jornais não deixavam, contudo, de aqui se distribuir, difundindo as ideias liberais. Esta imprensa do 1.º exílio tem, no entanto, uma fase inicial em que os temas literários, artísticos e científicos eram os dominantes; a pouco e pouco, a doutrinação política impor-se-ia, subalternizando aqueles temas. Para esta mudança de tónica teria provavelmente contribuído uma articulação mais estreita entre a actividade maçónica e a actividade jornalística, acontecendo, por vezes, que as mesmas personalidades participavam em ambas — por exemplo, José Liberato *, membro activo da Maçonaria, uma vez exilado em Londres, entrava, em 1816, para a direcção de *O Investigador Português* (fundado em 1811 por um grupo de médicos também emigrados naquela cidade), o qual, de publicação virada para assuntos médicos e de ciências naturais, passaria a periódico marcadamente político, cuja entrada em Portugal viria a ser proibida²⁹.

A acrescentar às sociedades secretas e à imprensa clandestina, o teatro era uma outra forma a que a *intelligentsia* liberal recorria para tentar construir o seu espaço de reunião e expressão.

Frequentemente, o teatro funcionava, também ele, numa situação precária, sujeito a vigilância, apesar de as representações decorrerem muitas

²⁷ Há notícia de lojas anteriores a 1820 em Lisboa, Porto (o Sinédrio, não sendo precisamente uma associação maçónica, era constituído por uma maioria de membros maçons), Coimbra, Santarém e Elvas. Proibidas por D. João VI, em 1817, as lojas continuariam, no entanto, a espalhar-se (ver Borges Grainha, *História da Maçonaria em Portugal*, Lisboa, 1912).

²⁸ José Liberato Freire de Carvalho em *O Campeão Português ou o Amigo do Rei e do Povo*, Londres, 1 de Abril de 1820, vol. II, p. 229, citado em J. Tengarrinha, *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, Lisboa, 1965.

²⁹ Nesta fase foram também impedidos de entrar no País *O Campeão Português ou o Amigo do Rei e do Povo* (fundado por José Liberato, em 1819, para substituir *O Investigador*, publicar-se-ia ainda em 1822, já em Portugal, com o segundo título significativamente modificado: *O Campeão Português em Lisboa ou o Amigo do Povo e do Rei Constitucional*); *O Correio Brasiliense ou Armazém Literário*, redigido por Hipólito José da Costa; *O Português ou Mercúrio Político, Comercial e Literário*, redigido por João Bernardo da Costa (ver J. Tengarrinha, *op. cit.*, pp. 59-66). José Liberato e aqueles dois jornalistas incompatibilizar-se-iam e o primeiro, nas suas *Memórias*, acusaria Hipólito de não ter probidade política e de vender a sua pena a quem melhor lhe pagava.

Já nesta imprensa do 1.º exílio se anunciava uma forma de luta política através de agressões pessoais, que iria intensificar-se nos jornais do 2.º e 3.º exílio.

vezes em casas particulares, o que possibilitava um certo controlo das entradas. Em Coimbra, sobretudo de 1810 a 1818, o movimento teatral parece ter sido bastante animado, contando-se entre os seus dinamizadores vários estudantes ligados às actividades maçónicas e muitos indivíduos de diferentes profissões, conhecidos pelas suas tendências liberais.

Quarenta estudantes quotizaram-se e fundaram uma sociedade dramática no ano lectivo de 1813-14. Instalada nos baixos do Colégio das Artes, ela seria dissolvida por ordem do reitor da Universidade, acusada de apresentar tragédias de sentido liberal (as peças representadas eram traduções ou versões medíocres de tragédias clássicas francesas do século XVIII — Arnaud, Voltaire, etc. Preparavam-se para levar à cena o *Bruto*, de Voltaire, quando receberam a ordem de encerramento). Em 1817-18, Garrett e alguns dos companheiros da sociedade secreta de que fazia parte representavam no salão da casa de uma tal família Coutinho, o mesmo lugar onde, em 1820, funcionaria a já referida loja maçónica do P.^o Cordeiro.

Todavia, o movimento teatral de Coimbra não envolvia apenas estudantes — de 1810 a 1818 registava-se um número apreciável de teatros de curiosos; normalmente, as sessões realizavam-se em casas de negociantes abastados e os actores recrutavam-se entre os artesãos da cidade (sapateiros, alfaiates, relojoeiros, pintores, encadernadores, barbeiros, correeiros), os pequenos funcionários públicos (escrivães) ou os negociantes³⁰. A avaliar pelas peças exibidas nas diferentes salas, haveria uma menor exigência no repertório dos teatros que não eram de estudantes, cujo público, possivelmente mais heterogéneo, aceitava de bom grado farsas, comédias, elogios dramáticos, dramas ou tragédias, fosse qual fosse a qualidade destes³¹.

Depois de interrompidos os espectáculos entre 1818 e 1824, quando já reinstaurado o absolutismo, voltariam a realizar-se sessões particularmente concorridas num novo teatro construído na casa de um negociante e considerado um dos melhores da cidade. Esses espectáculos seriam de novo vigiados com desconfiança devido às tendências liberais das pessoas que neles tomavam parte. Académicos e artesãos participavam em sessões onde, por exemplo, *odes* de Castilho eram recitadas a par dos poemas de um pintor de ofício muito admirado pelos seus dotes literários. Esta colaboração entre estudantes e futricas, tão rara no meio da segregação que aqueles praticavam relativamente a estes, parece-nos, só por si, sugerir um particular clima político favorável ao superar de dissensões nessa altura subalternizadas; o teatro servia, então, o propósito de cimentar uma solidariedade que se afirmava contra a atitude oficial da Universidade, declaradamente pró-absolutista.

A imprensa clandestina, a actividade maçónica e o próprio movimento teatral teriam, assim, contribuído para a formação de uma opinião liberal, ao que parece centrada em Coimbra e particularmente activa no final da primeira década do século XIX.

Em 1820, a opinião liberal conquistara o acesso à legitimidade de expressão e a possibilidade de se impor em nome do interesse nacional.

Por essa altura, os debates nas Cortes iam definindo um interessante combate que dava conta das divisões dentro das próprias fileiras, mau grado

³⁰ Joaquim Martins de Carvalho, «O teatro em Coimbra de 1550 a 1830», in *O Conimbricense*, n.º 2351 a 1361, 1870.

³¹ Gomes de Amorim, *op. cit.*, t. I, cap. V.

a preocupação dos constituintes em se caracterizarem como unos, política e ideologicamente, perante um adversário comum (Fernandes Tomás distribua os diferentes interesses em jogo por dois simples partidos: o *partido da justa causa* e o *partido contrário*).

Muitas vezes, o que estava em causa nas polémicas travadas entre os liberais era a necessidade primordial de assegurar a hegemonia política da nova classe ascendente sobre a velha classe dominante. Os constituintes interessados nisso apercebiam-se de que, para o conseguir, precisavam de compensar o seu reduzido peso, assegurando uma base social de apoio mais ampla, e, por outro lado, sentiam a real distância que existia entre eles e o povo, para quem, conforme diziam, legislavam. Defrontavam-se atitudes que preconizavam modificações prudentes, consideradas capazes de ir lentamente ganhando a confiança desse povo, ainda nas mãos dos senhores locais e dos padres, e atitudes que propunham medidas revolucionárias, consideradas capazes de criar condições para uma efectiva transformação das mentalidades.

Em grande número das discussões levantadas nas Cortes (sobre a liberdade de culto, o sistema de eleições, a censura prévia, etc.), o elemento recorrente na argumentação dos moderados a favor da restrição das liberdades era o atraso, a ignorância do povo português, a sua falta de preparação decorrente de viver desde há muito ... privado de liberdades. A partir daqui, os radicais afirmavam a urgência de tomar medidas que pusessem fim a esse estado de coisas e iam conseguindo fazer aprovar algumas das suas ousadias legislativas.

Apesar dessas ousadias, apesar do entusiasmo dos que no dia 24 de Agosto de 1820 tinham gritado pelas ruas: «Viva a Pátria livre!... Viva a Constituição...», o Portugal velho estava ainda longe de se encontrar liquidado.

As instâncias de formação e consagração cultural (para só considerar os domínios que aqui particularmente nos interessam) continuariam a utilizar os mesmos procedimentos, não obstante a indignação de uns tantos intelectuais, indignação que, aliás, passara a poder ser publicamente expressa...

Na Universidade de Coimbra, as «informações»³² persistiam, continuando a sujeitar-se a legitimação do trabalho cultural do estudante a um controlo político que os lentes absolutistas normalmente usavam contra os estudantes conhecidos pelo seu constitucionalismo — por exemplo, em 1821, na formatura de Garrett, o conselho da Faculdade reprovava por 5 votos em 9 o seu *procedimento e costumes* e negava-lhe, por 4 votos, *prudência, probidade e desinteresse*.

Objecto de críticas frequentes era também o próprio ensino universitário, que se mantinha inalteradamente rotineiro — «o livro por que se ensina direito natural e público [continua a sustentar], como base, que o poder dos reis vem imediatamente de Deus», declarava Garrett indignado, dis-

³² Esta prática das *informações*, segundo as quais se julgavam «as qualidades morais e civis» dos alunos no final da formatura, assentava num regime inquisitorial e implicava, por vezes, a utilização, por parte dos lentes, de denúncias sobre a actividade política e a vida privada dos estudantes. Tal prática seria duramente atacada num jornal fundado em Coimbra em 1823, *A Minerva Constitucional*, que poucos meses duraria — os seus colaboradores, estudantes acusados de mações pela Junta Expurgatória em 1824, seriam riscados da Universidade. (Ver Teófilo Braga, *op. cit.*, t. IV, p. 366.)

cursando em Lisboa, em 1822, numa sessão da Sociedade Literária Patriótica, onde se reuniam os notáveis do Partido Constitucional.

Nesse mesmo ano, um outro motivo de escândalo — o processo do *Retrato de Vénus* no Tribunal Especial de Protecção da Liberdade de Imprensa.

O escrito era acusado de incorrer nos abusos contidos no artigo 10.º da lei da liberdade de imprensa³³ e o promotor fiscal indicava como primeiro abuso o escrever-se a certo passo: «Tu do Universo Criador princípio/ Vénus! Oh! Mãe d'Amor, oh! Mãe de tudo/ que Amor é tudo que só tu com ele/ ambos criastes e regeis o Mundo/ que a natureza sois ou ela é vossa», uma vez que, prosseguia o promotor, «por este modo de escrever se nega ad-existência do Ente Supremo, constituindo-se em lugar d'Ele, e como Criador do Mundo e como director da sua formação e marcha regular, um princípio a que se chama natureza; a esta natureza constituída na tendência à propagação, e reprodução: fabulizando assim este princípio debaixo do nome de Vénus, e de Cupido»... (se, desta feita, o réu ainda conseguiria ser absolvido, o *Retrato de Vénus* era pouco depois incluído na lista de livros cuja leitura ficava sujeita a excomunhão, segundo a pastoral publicada pelo cardeal-patriarca no seu retorno a Portugal, donde fora expulso por se ter recusado a jurar a Constituição).

Um outro aspecto da persistência do velho regime, esse despercebido pelos constitucionais, era a manutenção de certas formas de tratamento anacrónicas que o discurso dos novos intelectuais continuava a veicular. Um caso exemplar, o «outeiro» ou sarau com que os estudantes de Coimbra celebraram a 1.ª sessão das Cortes — aludindo aos improvisos que vários poetas revolucionários declamaram no sarau, Gomes de Amorim, já nos fins do século, reconheceria como ali «tudo, poesia, sentimento, espírito de reforma social e política, se sentia trabalhado pelos velhos sistemas, criados à sombra da fórmula servil de *el-rei nosso senhor*, que grotescamente se mostrava ainda no meio das inovações improvisadas. A revolução era arcádica e a poesia pantafaçada como a realeza do tempo»³⁴.

Se as práticas das instituições académicas não chegaram a registar mudanças sensíveis durante o primeiro constitucionalismo, não deixa, no entanto, de ser significativo o ataque de que foram alvo a Academia Real das Ciências e a Universidade, consideradas por alguns deputados como redutos do «antigo regime».

Nos debates parlamentares sobre o orçamento da Academia (Janeiro de 1823), a polémica parecia centrar-se num problema fulcral, o da *utilidade* desta corporação — problema curioso na medida em que, conforme já vimos, a Academia fora considerada, à data da sua fundação, como centro inovador e, por isso, objecto da perseguição dos aparelhos repressivos do «antigo

³³ O Decreto de 4 de Julho de 1821 estabeleceu a liberdade de imprensa em Portugal, considerando-a «salvaguarda da Constituição»; em 1822, novos decretos vinham precisar os limites daquela liberdade, definindo com maior rigor a organização e funções do Tribunal Especial de Protecção da Liberdade de Imprensa, destinado a julgar os abusos daquela.

No referido artigo 10.º declarava-se: «Abusa-se da liberdade de imprensa contra a religião: 1.º quando se nega a verdade de todos ou de alguns dos dogmas definidos pela Igreja; 2.º quando se estabelecem ou defendem dogmas falsos; 3.º quando se blasfema ou zomba de Deus, dos seus santos, ou do culto religioso aprovado pela Igreja.»

³⁴ Gomes de Amorim, *op. cit.*, t. I, p. 207.

regime»... Aliás, José Liberato defendê-la-ia nas Cortes, declarando que, enquanto o antigo Governo os procurava levar à servidão e à ignorância, a Academia estivera trabalhando para os pôr no caminho da liberdade. Ter-se-ia, efectivamente, apagado o espírito renovador dos primeiros anos? Ter-se-ia a Academia fechado numa actividade estéril? Embora não dispondo de respostas precisas para estas questões, parece que o problema deverá antes situar-se a outro nível — o das divergências entre o projecto político dos deputados académicos de linha iluminista e o dos deputados vintistas radicais; divergências que, no debate parlamentar, se ocultariam sob as preocupações financeiras. Borges Carneiro *, invocando a necessidade de reduzir as despesas e desenvolver a riqueza da Nação, impugnava a verba atribuída à Academia, declarando rudemente «estar a Nação a gastar 4800\$000 réis anuais para manter o prurido de escrever coisas que se não gastam nem dão para a despesa, para manter o luxo científico e a vaidade dos sábios, nada disso»; e acrescentava, exorbitando: «Temos sábios e livros de mais; temos em ciências um luxo e aparato repreensível [...]. Do que precisamos em Portugal é de comércio, lavoura e indústria; de ciências e sábios temos um exército capaz de devorar todos os frutos das classes produtoras.»³⁵

Retorquir-lhe-ia um outro deputado (de nome Derramado) que, precisamente por necessitarem de comércio, lavoura e indústria, necessitavam também das ciências: «Na indústria há 3 elementos distintos: teoria, aplicação e execução. O 1.º é privativamente próprio dos sábios, e, portanto, quem quer comércio, agricultura, artes, não pode deixar de querer sábios. As nações que mais têm florescido nestes ramos da indústria humana tiveram sempre um corpo de sábios que se ocuparam da respectiva teoria e as que não possuírem esse corpo não poderão competir com aquelas.»³⁶

Outros ainda, concordando embora com a utilidade da Academia, levantavam reservas ao regimento de estabelecimentos como aquele «onde», dizia o deputado Castelo Branco, «se tratam muitas coisas *estranhas ao progresso da ciência*, onde se procura para membros os homens *pelas distinções que o nascimento lhes dá na sociedade*, por empregos que ocupam»³⁷ (sublinhados nossos) — os académicos demarcavam-se, pois, por uma determinada origem e posição social...

Problemas idênticos se levantariam ao passar à discussão do orçamento da Universidade (Fevereiro de 1823). De novo os ataques mais duros viriam de Borges Carneiro, que atribuía a irregularidade da administração e o défice orçamental ao facto de a Universidade ser «um corpo clerical, papal e jesuítico; e sabido é que o clero sempre forcejou por manter entre nós um *status in statu*; isto é, um Estado independente da administração geral, com seus códigos, leis, tribunais, tudo separado»³⁸. Lembrava noutro passo do seu discurso que a Universidade era «destinada para o ensino da mocidade, não para faustos e luxos de capela e de festas». Propunha ainda que se fechassem por alguns anos as Faculdades de Teologia e de Direito, porque o País não tinha onde empregar todos os bacharéis aí anualmente graduados.

³⁵ Silvestre Ribeiro, *op. cit.*, t. II, p. 354.

³⁶ Id., *ibid.*, p. 358.

³⁷ Id., *ibid.*, p. 359.

³⁸ Id., *ibid.* t. V, p. 181.

Um outro deputado denunciava os privilégios que a Universidade conservava. Um outro ainda opinava que a administração e a receita da Universidade passassem para o Tesouro. Naturalmente, tais propostas foram muito mal recebidas pelos membros da Universidade, mesmo pelos de tendências liberais, como o lente Serpa Machado, que iniciaria ironicamente o seu discurso declarando: «Proponho que se desfaçam os estudos de Coimbra; que o seu rendimento se aplique para a guerra; que quem quiser aprender vá a Paris ou a Salamanca, e não haverá tanto letrado sobejo nem tanta demanda. Segundo a história, foi por estas palavras que um néscio procurador dos povos requereu nas Cortes de Coimbra tão absurda providência, que as Cortes daquele tempo discretamente rejeitaram»...³⁹

Se Borges Carneiro constrangia grande número de deputados com os seus desassombros de burguês radical confessadamente desinteressado dos bens culturais, por outro lado, muitos reconheciam que muitas coisas tinham de ser mudadas ou criadas naquelas duas instituições para poderem servir novos interesses. As preocupações de Derramado, de que acima demos conta, apontavam um sentido para a renovação, que, aliás, já fora anunciado numa sessão das Cortes em 1821, num «Projecto de decreto para o estabelecimento dos estudos de economia política», onde se lia no respectivo preâmbulo: «As Cortes [...] convencidas do muito que importa à geral prosperidade fazer conhecer os meios por que se formam e multiplicam as riquezas, conhecimentos nunca ensinados entre nós, e sem os quais se anda às cegas na marcha do governo [...]»⁴⁰, e num relatório do ministro do Reino, Araújo e Castro, em 1822, onde se afirmava: «Se é conforme às ideias liberais hoje recebidas em economia remover o monopólio e toda a casta de constrangimentos; promover a criação e reprodução de valores; facilitar a concorrência e o consumo; não é menos interessante dar a maior extensão possível a estes princípios, *aplicando-os à cultura das ciências e das artes mais úteis.*»⁴¹ (Sublinhados nossos.)

Entretanto, em Junho de 1823 (aclamado D. João VI como rei absoluto e dissolvidas as Cortes Constituintes), as duas instituições em causa acorriam, pressurosas, a comemorar os acontecimentos.

A Universidade felicitava o monarca por ter «assumido os seus inaufereíveis direitos majestáticos» e pedia «que o soberano continuasse a prestar-lhe a sua protecção, bem como a consideração, honras e mercês de que era devedora a S. M. e aos reis seus predecessores e das quais a falsa e audaciosa filosofia do tempo pretendia despojá-la»; quanto à Academia, organizava uma sessão solene com a comparência do monarca e presidida por D. Miguel, onde apresentava queixa dos agravos sofridos (referir-se-ia, sobretudo, ao corte de subsídio a que o Parlamento vintista pretendia sujeitá-la) e acusava o extinto Governo de procurar «fazer retrogradar a Nação a um estado de ignorância e barbaridade que nos riscaria da classe dos povos civilizados e nos faria aparecer no meio da Europa como vândalos e africanos»... Ainda naquele ano, uma carta de lei desfazia a legislação constitucional, enumerando os decretos extintos (entre os quais os respei-

³⁹ Silvestre Ribeiro, *op. cit.*, t. v, p. 183.

⁴⁰ Jaime Raposo Costa, *A Teoria da Liberdade no Período de 1820*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1976 (ver nota da p. 135).

⁴¹ Teófilo Braga, *op. cit.*, t. iv, p. 48.

tantes às duas instituições), «para prevenir que não possa suscitar-se alguma dúvida sobre a validade daquelas sobreditas inovações cujo efeito tem cessado ou por serem temporárias, ou por supérfluas, ou conexas e dependentes das instituições democráticas, com as quais acabaram» ⁴².

As medidas repressivas contra a liberalização iam começar a desencadear-se. Os ataques do Governo absolutista visariam sobretudo a extinção das sociedades secretas, a censura do «impresso», a depuração do funcionalismo público, e em particular do pessoal docente e discente (alude-se aqui exclusivamente às medidas do tipo «purificação das almas», através das quais a contra-revolução pretendia assegurar a sobrevivência de uma desgastada aparelhagem ideológica).

Uma carta de lei suprimia em 1823 todas as sociedades secretas, quaisquer que fossem os seus intuitos ou denominações, declarando a sua existência incompatível com a segurança do Estado. O rigor das penas (degreço para África nunca menos de cinco anos, podendo ser acrescido de multa pecuniária) considerava-se justificado, uma vez que, declarava-se na carta, tais sociedades se vinham multiplicando extraordinariamente e «chamando a seus ajuntamentos *homens de todas as classes* [sublinhados nossos] para formarem uma conjuração que tem por fim a ruína dos altares e dos tronos», e «atendendo sobretudo à notória e indubitável influência que em Portugal exerceram as mesmas sociedades secretas nas maquinações que precederam e seguiram a revolução de 1820, pelas pomposas promessas com que exaltaram os espíritos e alucinaram os povos, promessas que em breve se reduziram a severas calamidades» ⁴³.

Disponha a mesma carta de lei que, a partir de então, nenhuma pessoa seria provida em lugares públicos, eclesiásticos, civis ou militares sem assinar uma declaração pela qual se obrigava a não pertencer a nenhuma sociedade secreta (perderiam os empregos os que recusassem assinar e seriam condenados a pena dobrada os que quebrassem a promessa).

Os livros apareciam como outra das grandes ameaças à manutenção do velho regime, juntamente com os livreiros, personagens suspeitos, alguns de origem francesa ainda para mais.

Em 1829, duas livrarias eram encerradas em Coimbra. O proprietário de uma delas era um Jacques Orcel, em casa do qual funcionara anos atrás a sociedade maçónica (a loja Keporática) que Garrett organizara com um grupo de colegas, como acima se indicou.

Pelo exame feito ao recheio daquela livraria, três doutores das Faculdades de Leis, Cânones e Filosofia confirmavam que se tratava de «Obras não só reprovadas e proibidas, mas até famosas, assim por errados princípios e absurdo *encarecimento de futuras opiniões* [sublinhados nossos], como pela grande parte que tiveram nas comoções e perturbações que tão deploravelmente têm agitado há quarenta anos o mundo religioso e polí-

⁴² Relativamente à Universidade, as Cortes tinham ordenado: «1.º Que o subsídio literário da comarca de Coimbra seja cobrado, fiscalizado e arrecadado em conformidade com as outras comarcas do Reino; 2.º Que os professores daquela comarca sejam pagos como todos os mais do Reino; 3.º Que aos deputados da Junta da Directoria-Geral dos Estudos sejam pagos seus ordenados pelo tesouro público; 4.º Que cessem as gratificações que percebiam os deputados da Junta da Fazenda pela cobrança e administração do referido subsídio.» (Silvestre Ribeiro, *op. cit.*, t. V, p. 193.)

⁴³ José Cabral, *Sociedades Secretas*, 1935.

tico»⁴⁴. O referido Orce! teria ainda feito imprimir uma tradução portuguesa do *Contrato Social*, de Rousseau, de acordo com as declarações do bispo de Viseu, em carta ao cônsul da França, que protestara contra o encerramento da livraria de um subdito do seu país⁴⁵.

Em Lisboa, dois outros livreiros franceses, Bertrand e Rolland (este último parece ter sido o que, então, maior número de livros introduzia em Portugal), estavam também sob vigilância.

José Agostinho de Macedo, grande figura da *intelligentsia* tradicional e contra-revolucionária, quando encarregado da censura literária do Patriarcado (de 1824 a 1829), dizia, a respeito da maior parte das obras que aqueles livreiros recebiam e vendiam, que eram «veículos das nossas desventuras, pelo subtil veneno de imoralidade e irrelição que têm espalhado». Tais obras teriam um público muito particular e decerto restrito, mas, apesar de tudo, justificando que, por exemplo, só para Rolland, chegasse à Alfândega, em regra, uma caixa de livros por semana; público por vezes provavelmente mal preparado para entender essas obras, o que o maléfico censor se comprazia em denunciar: «É verdade que tudo são ideias abstractas [...] e não são para a intelligência desta nova camada de leitores, pais da Pátria e sustentáculos dos Estados, que andam de sobrecasaca de vapor e cabelos à *Titus* e que, com verdadeiro ar de Mondego, se riem da nossa ignorância e miséria»⁴⁶ — mas nem por isso se inquietava menos o censor, que insistia na proibição de publicar e vulgarizar livros «maus». Se estes fossem escritos em latim, como o tratado *De Civie*, de Hobbes, ainda podiam correr o risco, «porque em latim ninguém lhe pega»; já não assim com umas *Obras Diversas* do mesmo autor, traduzidas em francês, que incluíam o tratado *Leviathan*, considerado por José Agostinho de Macedo a terrível «matriz donde saiu em método matemático o livro de Espinosa que se intitula *Tractatus Theologico-Politicus, sive De Jure Ecclesiasticorum*». Entre os autores estrangeiros que responsabilizava pela corrupção dos costumes dos nacionais — «na inútil instrução de poucos se encerra a ruína de muitos» — encontravam-se também os comunistas utópicos⁴⁷, particularmente Mably, que, segundo o censor, teria com *O Cidadão* transformado a cabeça de Manuel Joaquim Cardoso Castelo Branco, um dos lentes da Faculdade de Cânones obrigados a emigrar; Malthus, Ricardo e Say eram também séria ameaça para o defensor da velha ordem social; Erasmo exasperava-lhe os sarcasmos com o *Elogio da Loucura* e até os livros de medicina que tratavam de fisiologia não escapavam à sua condenação — «quando a sua matéria é a decantada *Fisiologia* (ainda que seja a de Haller) e *Anatomia Comparada*, temos logo um seguro *vade-mecum* ao materialismo e ateísmo.»

⁴⁴ Carta do bispo de Viseu, ministro que tinha a seu cargo a direcção dos estudos do Reino, 3 de Novembro de 1829, *Livros do Ministério do Reino*, vol. 445, transcrita em Teófilo Braga, *op. cit.*, t. IV, p. 97.

⁴⁵ Id., *ibid.*, p. 98.

⁴⁶ Id., *ibid.*, p. 420. Note-se como a hostilização entre intelectuais absolutistas e liberais se traduzia, não só em recíprocas acusações de baixa craveira mental, mas também por uma demarcação através de trajos e penteados diferentes.

⁴⁷ Pensamos que às obras destes se refere também a passagem que sublinhámos atrás, na citada carta do bispo de Viseu — obras famosas por «absurdo encarecimento de futuras opiniões».

A partir de 1823 avolumava-se cada vez mais o número de exclusões, sequestros de bens, prisões, deportações dentro do País e emigrações para o estrangeiro, que culminariam em 1829 ⁴⁸.

Uma Junta Expurgatória riscava da Universidade 457 estudantes; mais de 50 lentes foram preteridos, demitidos, presos, deportados ou sequestrados os seus ordenados. Também no Porto foram demitidos vários lentes da Academia da Marinha e Comércio e da Escola Cirúrgica.

Muitos dos perseguidos vagueavam pelo País, escondendo-se aqui e ali, em casa de amigos; outros conseguiam embarcar para França ou Inglaterra.

Também professores das primeiras letras e do ensino secundário (Filosofia, Gramática Latina), em vários pontos do País, foram atingidos pela campanha de depuração. Nos documentos expedidos em 1823 pela Junta da Directoria-Geral dos Estudos ⁴⁹, as acusações, em regra, exprimiam-se nos seguintes termos: Fulano é «cordialmente affecto ao passado sistema desorganizador» ou «inculca-se grande republicano, que até em público dizia que nunca as coisas iriam bem enquanto se não acabasse com todos os reis» (segundo parece, este teria sido autor de uma tese que se propunha a *Demonstração da Possibilidade de Uma República de Ateus*), ou, ainda, «é infamado de pedreiro-livre e de se fazerem em sua casa clubes»; frequentemente, as acusações eram acrescidas de outro género de libelo — é «deboxado em costumes», tem «declarada perversão de costumes e princípios muito livres».

Entre esses professores perseguidos contava-se, por exemplo, Rodrigues Sampaio *, que em 1825 acabara os seus estudos de Humanidades e Teologia e se mantinha como professor de aldeia enquanto esperava atingir a idade de tomar ordens. Expulso do ensino e preso por suspeita de tendências liberais, transformar-se-iam a partir daqui as suas expectativas de carreira. Enquanto preso, relacionara-se com liberais também detidos, que, uma vez terminada a reclusão, se interessariam por ele e usariam das suas influências locais para lhes arranjar colocação, abrindo-lhe um percurso outro que o da carreira eclesiástica, prevista pelos pais, cuja condição de pequenos lavradores não permitia outras aspirações.

As vicissitudes deste período de luta contra-revolucionária marcaram a infância de muitos intelectuais de tal modo, que alguns deles explicariam o seu comportamento político radicando-o nas experiências traumatizantes de um passado de violências. É o caso de Serpa Pimentel *, que, já no fim da sua longa carreira, mandava a Bulhão Pato * uma carta autobiográfica ⁵⁰ onde narrava como seu pai (Manuel de Serpa Machado, um dos presidentes do Congresso Constituinte vintista, lente, decano da Faculdade de Direito) fora expulso, desterrado e preso, só regressando depois de terminada a guerra civil, tinha ele 9 anos, e como a família, os vizinhos e as poucas pessoas que frequentavam então a sua casa contavam casos terríveis de que jamais perderia a memória. «Não admira, pois», acrescentava, «que as ideias de liberdade, de tolerância, de ódio ao despotismo e aos abusos

⁴⁸ «Segundo um jornal inglês da época, de 25 de Abril de 1828 até 31 de Julho de 1831 haviam sido presos 26 270 indivíduos, degredados 1600, executados 39 e andariam homiziadas 5000 pessoas e emigradas 13 700 (números estes, decerto, sujeitos a caução e naturalmente de origem liberal).» (Joel Serrão, *Dicionário de História de Portugal*, vol. III, p. 56.)

⁴⁹ Documentos que constam dos *Livros do Ministério do Reino*, vols. 441 e 442, transcritos por Teófilo Braga, *op. cit.*, t. IV, pp. 369-372.

⁵⁰ Bulhão Pato, *Memórias*, vol. II, 1894, pp. 320-370.

do antigo regime ficassem gravadas no meu espírito infantil.» Essas ideias, aos 14 anos, seriam alimentadas com a leitura «dos livros franceses da época que andavam em voga» e cedo dariam os primeiros frutos — «Mande para alguns jornais de Lisboa artigos, sem assinatura, no sentido democrático, radicalíssimo, mais do que republicano.»

Também Andrade Corvo * (filho, este, de um oficial miguelista e tendo tido por mestre um tio general, igualmente do exército realista, mas «espírito superior às ruínas paixões políticas», no dizer do sobrinho) conservava na memória uma cena da perseguição e quase linchamento de um liberal espavorido que a sua própria família ajudara a esconder em casa, sem mesmo assim o ter podido livrar do furor das tropas miguelistas. Corvo afirmava que tal cena contribuíra fortemente para determinar a sua futura atitude política, afastando-o de uma causa em nome da qual se cometiam tais atrocidades.

Até o fiel adido de D. Miguel em Londres, Ribeiro Saraiva, comentava os excessos que se praticavam e dava largas, no seu *Diário*, às preocupações com o futuro do rei, duvidando que pudesse ser durável o entusiasmo popular que rodeava este, «havendo tantas coisas que a um tempo trabalhavam por esfriar o mesmo entusiasmo, como era: 1.º a miséria, que não podia duvidar-se existir e muita; 2.º o não se pagar por não haver dinheiro, em consequência do desarranjo da fazenda e do desgoverno, mal terrível que demonstradíssimamente havia de ir crescendo todos os dias; 3.º as balelas e mentiras quotidianamente espalhadas pelo partido contrário para desanimar, etc.»⁵¹. Relativamente à dificuldade de a Inglaterra reconhecer o Governo de D. Miguel, declarava, no mesmo *Diário*, que ali se considerava que este não se mostrava capaz de garantir a paz e cumprir os tratados com os outros governos; uma delegação de negociantes regressada de Portugal informara Palmerston de que não existia segurança para as pessoas nem para a propriedade e «os negociantes não iam à praça com susto de serem maltratados e espancados, não se achando muitos em suas casas, quando se procuravam para pagamento de letras ou outros negócios, porque, ou estavam presos, ou fugidos e escondidos»⁵².

Entre estes comerciantes perseguidos ou presos, alguns seriam chefes das famílias de origem de alguns dos intelectuais das gerações pós-vintistas. Maria Peregrina de Sousa, colaboradora da *Revista Universal Lisbonense*, numa interessante carta autobiográfica dirigida a Castilho⁵³, contava como tivera de empreender várias diligências para tentar, aliás em vão, libertar o pai, negociante do Porto, preso pelos miguelistas. Sozinha, jovem e inexperienced, obrigada a vencer a timidez e o medo, vendo depois baldados os esforços que a nova situação exigira dela, caíra de tal modo doente (num estado de catalepsia, segundo as suas palavras) que os médicos a dariam

⁵¹ *Diário de António Ribeiro Saraiva* (1831-45).

⁵² *Ibid.*

Com a mudança da conjuntura internacional, decidida a Inglaterra a apoiar D. Pedro, em Londres deixaria de haver lugar para o diplomata de D. Miguel, formado em Leis pela Universidade de Coimbra e um dos representantes da *intelligentsia* tradicionalista e contra-revolucionária — fechar-se-ia em casa dias a fio, sem vestuário capaz para sair, sem dinheiro para pagar aos credores que lhe batiam à porta, sempre fechada, sem sequer poder apelar para a família, em Portugal, à qual chegara a vez de ver as suas propriedades sequestradas pelos liberais.

⁵³ Carta publicada pelo próprio Castilho na *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil*, 1861, p. 274.

por morta. Quando, finalmente, o pai fora solto, falido o seu negócio no Porto, a família tivera de ir viver modestamente para a província e, durante um tempo, Maria Peregrina não saíra de casa com receio de ouvir dizer: «Ali vai a filha de um comerciante falido»... Ficaria na província, isolada, escrevendo novelzinhas para alguns jornais, sem meios para editar o que ela considerava o seu melhor romance e não podendo sequer comprar muitos dos livros que gostaria de ler e possuir ⁵⁴.

Frequentes casos de mobilidade social descendente afectariam então as possibilidades de carreira de muitos jovens — entre outros, Inocêncio Francisco da Silva *, filho de um comerciante empobrecido; Francisco Maria Bordalo *, de uma família abastada, de opinião liberal, que perderia a maior parte dos recursos; Gomes de Amorim, cujo pai, impelido pelas privações e por desavenças familiares de natureza política (a família de Amorim era miguelista pelo lado materno e liberal pelo paterno), abandonaria o lar emigrando para o Brasil. Qualquer deles teria de abdicar de estudos prolongados e dispendiosos; limitar-se-iam a tirar as Humanidades ou optariam por cursos reduzidos, como, por exemplo, o da Aula de Comércio, que durava dois anos (caso de I. F. da Silva), por cursos capazes de possibilitar uma mais rápida e fácil profissionalização, como a carreira da armada (caso de F. M. Bordalo), ou ver-se-iam mesmo na necessidade de acumular um ofício com aulas nocturnas (caso de G. de Amorim). Ocupariam postos subalternos, sem jamais alcançar posições importantes — Bordalo, obrigado na Marinha a longas e repetidas missões em África, gabar-se-ia na sua autobiografia de ser «um pobre marinheiro despedido de condecorações, que não é, e nunca foi, sócio ou irmão de academias, confrarias ou outras quaisquer associações, que nunca teve o que se chama uma posição política, nem uma reputação literária, porque nem mesmo à sociedade de *admiração mútua* quis pertencer» ⁵⁵. G. de Amorim seria o mais favorecido, em grande parte devido à protecção e amizade de Garrett.

3. EXÍLIO

A IMPRENSA DA EMIGRAÇÃO, INSTRUMENTO DE LUTA POLÍTICA; ALARGAMENTO DE HORIZONTES DOS INTELECTUAIS PORTUGUESES

Os que, depois de 1823, tiveram de partir para o exílio prolongavam de certo modo o cordão da 1.^a emigração, embora, naturalmente, os acontecimentos entretanto ocorridos (alguma coisa mudara a partir de 1820...) imprimissem novas características à 2.^a (1823) e 3.^a (1828) emigrações.

A evolução da conjuntura internacional e os seus efeitos sobre a nacional permitiriam ao elevado número de exilados desempenhar um papel importante para o futuro de Portugal.

Se a instabilidade era uma constante das suas condições de vida, tal como o era para os liberais que tinham ficado em Portugal, os exilados iam,

⁵⁴ Carta publicada pelo próprio Castilho na *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil*, 1861, p. 274.

⁵⁵ *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil*, 1860, t. 2, p. 539. A última declaração não é inteiramente verdadeira, uma vez que, como adiante se verá, F. M. Bordalo frequentava o ciclo de Herculano, participando da rede informal de apoio mútuo de que este era um ponto fulcral.

todavia, passar por experiências muito diferentes, que decorreriam, em grande parte, da particular dinâmica do grupo que constituíam enquanto expatriados em país estrangeiro, sujeitos à influência de novos estímulos culturais. Essas experiências teriam uma influência determinante sobre a formação cultural dos intelectuais da geração de 1830-40 e a constituição de uma rede de apoios políticos que sustentaria as suas carreiras.

O envolvimento dos *proscritos* (como a si mesmos se designavam os exilados) em situações comuns, em que era dominante a indeterminação quanto ao futuro individual e colectivo, estabelecia uma certa identidade entre homens de diversas condições sociais e divergentes facções políticas. Momentos havia que favoreciam particularmente esse sentimento de identidade — por exemplo, quando do espectáculo no Natal de 1828, no Real Teatro de Plymouth, todos aplaudindo vibrantemente o *Catão*, de Garrett, e a *Ode a Pizarro*, recitada por Luz Soriano; quando do embarque, em 1829, das primeiras quatro companhias que partiam para a Terceira, todos envergando vistosas fardas iguais que nivelavam momentaneamente plebeus, académicos e aristocratas; quando dos últimos meses de espera na Terceira, já em 1832, todos recebendo uma mesma modesta ração, porque o dinheiro escasseava.

Todavia, a discriminação política e social, em regra, sobrepunha-se a essa identidade. Paradoxalmente, os que lutavam pela liquidação do «antigo regime» e se encontravam por isso proscritos continuavam presos nas malhas de um modelo de relações sociais caracterizado pelo exercício do privilégio, modelo que os próprios companheiros de exílio se encarregavam de reproduzir. A situação de dependência a que a prática do favor conduzia seria denunciada por muitos dos intelectuais emigrados. Garrett escreveria uma violenta carta sob o pseudónimo de Múcio Cévola, peça a acrescentar ao elevado número de folhetos anónimos de protesto que então circulavam ⁵⁶: «Carta de 4 de Outubro de 1830. Ao futuro editor do primeiro jornal liberal que em português se publicar: [...] Viemos cobertos de lágrimas, muitos de sangue, todos de opróbio, viemos padecer e gemer na terra estrangeira; e nem a terra estrangeira nos pode ser refúgio contra a dominação odiosa da aristocracia, por quem perdemos a Pátria [...] Por artes, por astúcia, por manha, por seducções dos incautos, por compra dos abjectos e venais, ei-la que se instaura na dominação — e nós domina, maltrata, e insulta, e corrompe como dantes: e nós a sofrer. Que mais ou que menos do que isto nos têm feito os Palmelas, os Guerreiros, os Cândidos, os Balbinos, os Franciscos de Almeida, os Carvalhos, os Magalhães? Esta liga de aristocráticos e parasitas, de privilegiados e privilegiandos, foi, é e será a nossa perda e ruína, se enfim não acordarmos para nos *libertarmos* e os *punirmos*.» ⁵⁷

Através de dádivas de dinheiro e promessas de futuros empregos, a camarilha da embaixada criava e mantinha a sua clientela — tratava-se da facção conservadora, dominada pelos agentes diplomáticos da regência no exílio, aos quais desagradavam os promotores e simpatizantes da revolução

⁵⁶ Garrett, reconhecido por algumas pessoas através do seu estilo, apressar-se-ia a queimar todos os exemplares da carta que restavam (apenas tinham sido distribuídos 100 dos 500 que mandara imprimir) — esta preocupação é, ela própria, sintomática da dependência em que se vivia; a regência liberal dispunha de um meio eficaz para punir os súbditos irreverentes, que era a privação do subsídio.

⁵⁷ Gomes de Amorim, *op. cit.*, t. I, cap. XVII.

de 1820, tidos por demagogos e republicanos (por exemplo, um daqueles agentes, Abreu e Lima, conde da Carreira, recusara prestar juramento à Constituição e atacara duramente as ideias da revolução liberal...). A facção esquerdizante, de que Saldanha e Pizarro apareciam como líderes militares, oponentes de Palmela, era afastada tanto quanto possível dos negócios da emigração — a regência rejeitaria os serviços de muitos emigrados, preferindo recrutar tropas estrangeiras, e, chegada a altura de chamar para os Açores todos os emigrados, só a alguns daria dinheiro para a viagem.

A arbitrariedade a que tinha obedecido a atribuição dos subsídios aumentara o divisionismo entre exilados de diferentes origens e de opiniões políticas divergentes⁵⁸.

Por outro lado, as próprias cisões criavam um espaço multiforme que permitia ao emigrado uma considerável maleabilidade de movimentos, oferecendo-lhe uma gama de interpretações mais *nuancée* do que até então tivera ao seu dispor e possibilitando-lhe transitar de um para outro grupo de acordo com eventuais mudanças de opinião... ou com conveniências de ordem mais ou menos oportunista, que, aliás, eram prontamente denunciadas pelos seus contrários.

Uma imprensa agressiva, por vezes protegida pelo anonimato, dava expressão às facções em confronto — num extremo figurava *O Pelourinho*, jornal da oposição liberal impresso em França em 1830 (a carta de M. Cévola, atrás referida, foi publicada no n.º 5 deste jornal), redigido, segundo parece, pelo bacharel em Medicina Rebelo de Carvalho, um dos expulsos pela Junta Expurgatória (redactor também de *O Censor Provinciano*, durante o período constitucional, em Coimbra, e de *O Padre Malagrida ou a Tesoura*, este já em Plymouth, 1828-29, dedicado sarcasticamente «ao bispo de Viseu, o nosso *Mecenas* [...], o director-geral das letras portuguesas no reinado de D. Miguel»); no outro extremo encontrava-se o periódico governamental *Aurora*, publicado em Londres, em 1831-32, empenhado em tentar anular a influência dos jornalistas da oposição, quer descrevendo-os como um reduzido número de pessoas descontentes, insignificantes e tomadas de uma má-fé obsessiva, quer denunciando-os como fazendo o próprio jogo da usurpação através da desunião que promoviam entre os emigrados⁵⁹. Entre os extremos colocar-se-ia um jornal como

⁵⁸ São muito curiosos os termos do requerimento que, em 1828, os académicos que se encontravam em Plymouth dirigiam à Junta encarregada da administração, fiscalização e distribuição dos subsídios pecuniários para os emigrados portugueses. Colocados, juntamente com as praças de pré, os criados e os voluntários na última das seis classes em que Palmela mandara dividir os emigrados, os académicos recebiam o mais baixo subsídio. Denunciavam, no requerimento, essa discriminação, que consideravam atentatória da igualdade constitucional, ao mesmo tempo que reclamavam... um tratamento especial: «Escusado é demonstrar que os suplicantes tiveram uma educação tal que não pode bastar à sua alimentação o que é suficiente para um soldado mercenário; é escusado demonstrar que uma boa parte dos suplicantes se haviam destinado a uma carreira que os habilitava para não serem contados entre as últimas classes da sociedade... Julgam, portanto, os suplicantes de justiça deverem ser socorridos e livres do vexame em que vivem, dando-se-lhes meios de tratamento análogo à sua educação.» (*O Conimbricense*, n.º 2875 e 2876, 1875.)

⁵⁹ «Sob a cor de que respeitam a pessoa augusta do nobre príncipe, e que só conservam a lança em riste contra seus conselheiros, têm estes senhores [os escritores da oposição] a bondade de não achar medida que não seja um absurdo, deliberação que deixa de ser um crime [...]. Mas não supõem os nossos leitores [...] que haja que reear das maquinações dos poucos descontentes [...] esses homens, além de poucos, são de suas pessoas destituídos da grande importância

O Precursor, lançado em 1831 por Garrett e destinado a fomentar a unidade de todos os emigrados em torno de D. Pedro, que, finalmente, pudera decidir-se a reassumir a regência («*O Precursor* ousa meter ombros à empresa, talvez não fácil, de chamar todos os seus compatriotas a esta união, a esta cordial junção de meios e forças que no momento de crise se requerem»).

Para além de ser um instrumento de luta política, a imprensa da emigração desempenharia ainda outras funções para os intelectuais exilados — era um meio de obter recursos para a subsistência de alguns deles e uma forma de exercitar talentos e tornar-se conhecido.

No que respeita à acumulação de capital cultural e à preparação de oportunidades de carreira, o balanço do exílio foi provavelmente bastante positivo, em particular para a geração mais jovem. Alguns exilados puderam frequentar assiduamente museus e bibliotecas e até mesmo seguir cursos — na Sorbonne, Rebelo de Carvalho estudava Ciências Físicas e Naturais, passando depois para a Universidade de Lovaina, onde se doutoraria em Medicina; Linhares ia ouvir Thénard no anfiteatro de Química; José Silvestre Ribeiro assistia às lições de Guizot, de Filosofia de Cousin, de História Literária de Villemain, etc.⁶⁰ Os mais abonados, os aristocratas e os bem relacionados frequentavam teatros, círculos culturais e salões da aristocracia ou da grande burguesia dos países de exílio⁶¹.

Por vezes, o exílio permitiria também a publicação e difusão de obras que, em Portugal, a censura teria proibido (mesmo assim, algumas saíam sem o nome do autor, caso de *Camões*, *D. Branca*, *Adosinda* e *Lírica de João Mínimo*, para evitar «a censura armada do paternal Governo absoluto, que, se já não tinha a Inquisição, tinha ainda as suas academias e literatos a bradar que o Limoeiro e o Cais do Tojo eram a verdadeira lei de repressão dos abusos da imprensa»⁶², como diria mais tarde o seu autor). Não era, porém, tarefa fácil conseguir editores, no estrangeiro, para autores aí desconhecidos e escrevendo numa língua também desconhecida, embora parte da dificuldade pudesse ser resolvida como fez José Liberato, que conseguiu que Solano Constâncio lhe traduzisse para francês o *Ensaio Político sobre a Constituição e Governo do Reino de Portugal*. Em regra, era necessário arranjar previamente subscritores, através das relações de amigos influentes; uma vez impressa a obra, o mercado brasileiro, pelo menos nalguns casos, ofereceria boas expectativas de venda⁶³.

de que se julgam acompanhados [...]. O empenho da subversão da ordem não está na emigração nem em grande parte dela, nem no exército, nem em seus chefes, nem em homens conhecidos por suas luzes e saber — está em poucos indivíduos que desejam inquietar e mover discórdias; suscitar questões e dúvidas; enfim, promover a desunião, o maior dos males que nos poderia acontecer.» («O jornalismo na emigração», in *O Conimbricense*, n.º 30, 1877.)

⁶⁰ Vitorino Nemésio, *op. cit.*, cap. IV.

⁶¹ Durante a emigração, alguns intelectuais burgueses entrariam em contacto com meios sociais muito diferentes: por exemplo, a Garrett acontecia-lhe sair do elegante salão da duquesa de Abrantes, em Paris, para entrar numa das tabernas frequentadas pelos emigrantes pobres e por eles chamadas tascas *ratatoulhos*, onde se pagava de entrada um *sou* e se recebia um garfo comprido, que era metido uma vez, ao acaso, num caldeirão onde ferviam restos de comida; chamava-se a isto *l'hasard de la fourchette*. (Gomes de Amorim, *op. cit.*, t. I, cap. XVII.)

⁶² Garrett, *D. Branca*, ed. de 1850.

⁶³ Garrett, quando emigrado no Havre (1824), escrevia ao seu amigo Duarte Lessa, então em Londres (recorda-se que Lessa foi um dos «treze beneméritos» que

O conhecimento da história dos países de exílio, da sua organização política e administrativa, da sua literatura, etc., viria a constituir um importante capital cultural mobilizável para tentar conquistar um melhor posicionamento no mercado de postos de trabalho intelectual.

4. LIBERAIS NO PODER

LUTA PELO ESTABELECIMENTO DE NOVAS INSTÂNCIAS DE FORMAÇÃO E CONSAGRAÇÃO DOS INTELLECTUAIS; DIFERENTES TIPOS DE ASSOCIAÇÃO CULTURAL

Terminada a guerra civil, muitos dos exilados que se tinham distinguido durante o constitucionalismo de 1820 e durante a emigração seriam designados para desempenhar funções de organização da dominação das novas fracções dirigentes.

Entre eles ainda se encontravam representantes da geração vintista, homens formados sob a influência das luzes e discípulos de autores franceses como Rousseau, Mably, Volney, Condorcet, considerados os fundamentos culturais da revolução de 1820. Os promotores da revolução, na sua maioria, encontravam-se já em pontos altos da carreira quando foram obrigados a abandonar o País (Ferreira Borges * era membro do Conselho de Estado em 1822; Silva Carvalho *, ministro de D. João VI). Alguns deles viveriam o suficiente para assistir, não só ao triunfo dos liberais, mas também ao setembrismo, ao cabralismo, às lutas patuleias e mesmo à Regeneração. Se, nos primeiros anos do Governo liberal, a sua acção produzia ainda efeitos inovadores, os vintistas eram, todavia, homens de uma geração desgastada — uns abandonariam a actividade pública por altura do setembrismo, como foi o caso de Silva Carvalho, homem moderado já em 1820 (o mesmo faria outra figura importante dessa geração, Mouzinho da Silveira, a quem Silva Carvalho sucedera no Ministério da Fazenda); outros refugiar-se-iam em atitudes de centro ou de centro-direita, como Ferreira Borges, que participaria na contra-revolta dos marechais e se recusaria a jurar a Constituição de 1838.

Entretanto, representantes da jovem geração de exilados tinham entrado nos contingentes onde se ia recrutando o novo pessoal do aparelho de Estado.

Embora a selecção para o preenchimento dos postos políticos, administrativos e culturais tendesse, por vezes, a ser orientada de acordo com critérios de competência (reconhecida que era a urgência de dispor de gente capaz do tremendo empreendimento de renovação da sociedade portuguesa), o regime de favor, segundo parece, continuava a ser dominante.

As clientelas burocráticas e militares, criadas por altura da guerra civil, encontravam-se divididas por diferentes tendências políticas que,

empreenderam o golpe de 1820), pedindo-lhe que arranjasse subscritores em Inglaterra para o seu poema *Camões*. Explicava-lhe que o mandaria imprimir em Paris logo que a subscrição permitisse suprir as despesas e acrescentava: «[...] daqui o poderei depois mandar para todos os portos do Brasil, onde (se o amor-próprio me não ilude) cuido que terei certa e útil venda.» (Carta publicada em G. de Amorim, *op. cit.*, t. I, cap. XII.)

presentes já no primeiro constitucionalismo, tinham fermentado no exílio e se exacerbaram ao longo dos primeiros anos de governação liberal, rebentando em 1836, quando a facção conservadora teve de ceder o seu lugar no poder à facção radical. O clima de concorrência que se fazia sentir entre essas clientelas manifestara-se já claramente quando o Governo liberal se encontrava ainda em São Miguel — Garrett, escolhido para colaborar com Mouzinho da Silveira na reforma legislativa, daria mais tarde conta desse clima: «A minha curta estada nas ilhas foi empregada quase toda nos trabalhos de legislação e organização administrativa a que ali se procedeu e de que me encarregou a amizade e confiança de um amigo particular, então em grande valimento, ao qual e à dura necessidade de me achar eu único ali que tivesse estudado aquelas matérias teve de ceder forçosamente a ciosa malevolência dos acaparadores que já na esperança estavam devorando as ruínas de Portugal a que almejavam chegar — pelos esforços e riscos alheios [...]»⁶⁴

Durante o cerco do Porto, a concorrência recrudesceu. Para se assegurar de apoios, D. Pedro distribuía empregos e honrarias e (citando de novo o testemunho de Garrett, aliás corroborado por outros intelectuais) «importava pouco se o homem convinha ao emprego ou o emprego ao homem», interessando sobretudo escolher aqueles que jurassem «defender a facção, pregar suas doutrinas, fazer guerra mortal de calúnias, de injúrias, de infâmias a quantos não fossem do grémio»; quem assim fizesse «ficava constituído dignitário *in partibus* de tal emprego, de tal honra, em tal sítio que os novos soldados e voluntários haviam de conquistar»⁶⁵.

O hábito de nomear comissões viria a revelar-se um engenhoso recurso para conjugar o regime de favor com o princípio da competência. O próprio Garrett participaria em inúmeras comissões onde, por vezes, a par dos membros-figurantes que tinham sido favorecidos com a atribuição desse papel, outros havia, escolhidos para se encarregarem efectivamente das tarefas necessárias — tal como ele, quando o nomearam, em 1834, secretário da comissão para a reorganização da instrução pública. Dos trabalhos desta comissão resultou um plano de reforma, ao que parece, totalmente elaborado por Garrett, que com ele se ocupava havia dez anos, tendo por base os seus conhecimentos sobre as reformas pedagógicas iniciadas pela Convenção em França.

Ora precisamente este plano remete-nos para uma das questões que mais preocupariam os intelectuais oitocentistas — o ensino tido como condição de prosperidade e liberdade para a Nação. No texto que nomeava a referida comissão declarava-se: «[...] atendendo a que já antes do infausto e execrando acto de perfídia e imoralidade que em 1828 estabeleceu a dominação do usurpador nestes Reinos, era reconhecida a necessidade de reformar os Estudos, de elevar ao maior grau de perfeição as Ciências e as Letras e de generalizar a instrução primária e as Luzes; e querendo eu [D. Pedro IV] promover por todos os modos a prosperidade do povo português e firmar numa base sólida e segura as instituições liberais, de que tão digno se tem mostrado, e que por sua nobre coragem e à custa do seu sangue tem conseguido, apesar dos esforços empregados pelo despotismo e pela tirania para o reduzir à escravidão, e fazer-lhe até perder

⁶⁴ Gomes de Amorim, *op. cit.*, t. I, cap. XVIII.

⁶⁵ *O Português Constitucional*, n.º 1, 2 de Julho de 1836.

para sempre a memória da liberdade e as mais caras recordações da glória nacional; Hei por bem, em nome da rainha, criar uma Comissão para me propor um Plano geral de estudos, educação e ensino público, a criação dos Estabelecimentos literários que julgar necessários e a competente reforma dos que ora existem, compreendendo a Universidade de Coimbra, as diferentes Academias, Colégios, Escolas e quaisquer outros [...]» Reabria-se, assim, a questão da reforma pedagógica, que se tornaria cada vez mais premente, sobretudo ao nível do ensino superior, perante a necessidade de transformar e alargar as instâncias destinadas à formação dos novos quadros dirigentes. Significava isto que a polémica com a Universidade de Coimbra iria recomeçar, polémica essa que, tendo como pano de fundo os conflitos entre classes e fracções com diferentes interesses, exprimia muito particularmente um aspecto do confronto entre diferentes posições intelectuais — lutando uns pela manutenção do monopólio da legitimidade cultural e outros pelo que se poderia considerar uma aplicação do princípio da livre concorrência no domínio do mercado cultural.

Desenvolvendo a linha já iniciada pelas críticas vintistas, começar-se-ia por denunciar a natureza clerical e medieval da Universidade, organismo encerrado numa irracionalidade patente quer nas matérias ministradas, quer nos métodos por que eram ministradas, quer nas anacrónicas celebrações eclesiástico-académicas (procissões e préstitos universitários, missas preliminares aos exames privados e doutoramentos, etc.), quer ainda no próprio vestuário de docentes e discentes («Nada há de mais singular do que o uso da batina e da capa adoptado pelos demonstradores e lentes das faculdades naturais, em que se precisa manejar máquinas e instrumentos, fazer experiências e operações, traçar figuras e escrever na pedra, etc., etc.») ⁶⁶.

De novo se constataria também a excessiva afluência a Direito, motivo de preocupação já no tempo de Pombal ⁶⁷ e depois no vintismo, afluência compreensível na medida em que os estudos jurídicos constituíam habilitação essencial para a magistratura, oferecendo, portanto, perspectivas de um bom futuro profissional. Cerca de dez anos depois da vitória liberal, o Conselho Superior de Instrução Pública, num relatório onde se continuava a lamentar a permanência daquele desequilíbrio, fazia notar que a esperança de emprego «fica iludida em muitos, por não chegarem para todos os lugares da administração judicial: e dessa ilusão seguem-se as pretensões com que assaltam o governo, e a guerra muitas vezes passa da secretaria para a praça» ⁶⁸.

Com efeito, grande número de bacharéis, cuja formação universitária dotara apenas de uma «facúndia palavrosa», vinham engrossando as legiões de pretendentes que assediavam as secretarias de Estado, tentando empenhos para ingressar no funcionalismo público ou concorrendo aos postos políticos.

⁶⁶ Guilherme Dias Pegado, *Organização Geral da Universidade de Portugal*, in Tófilo Braga, *op. cit.*, t. IV, p. 117.

⁶⁷ O número de escolares em Leis e Cânones (mais de 3000 no século XVIII) constituía, no dizer do reitor-reformador D. Francisco de Lemos, na sua *Relação Geral do Estado da Universidade de 1777*, «uma tropa de formados que ia levantar e acender nas vilas, cidades e lugares [...] a guerra e a discórdia geral»; após a reforma pombalina, aquele número descera para 500, «o bastante para a necessidades do Estado», como afirmaria o reitor. (Ver Fernando Pinto Loureiro, «Vida e ideias económicas de José Acúrsio das Neves», in *Revista de Estudos Económicos*, INE, n.º 16, 1956.)

⁶⁸ Silvestre Ribeiro, *op. cit.*, IX, p. 221.

O *pretendente* era, na literatura de então, uma personagem quase tão vulgarizada e atacada quanto o *agiota*; os folhetinistas raramente perdiam uma oportunidade de criticar esse tipo em que, presumivelmente, viam o representante dos seus concorrentes — Latino Coelho * definia-o assim: «O *pretendente* antes da situação apelida-se vítima [...] espera com atenção o momento de novos ministérios. Até então confunde-se nas tintas, é vítima de injustiças atrozes, está inscrito, diz ele, em todos os livros negros da política, é o alvo constante de todas as perseguições. Uma vez salvou a pátria e a pátria esqueceu-o. Outra vez são os seus talentos que ele aponta como o escrito de uma dívida sagrada que o país contraiu com ele. Outras vezes são as suas virtudes, a sua inteireza, a austeridade incorruptível do seu carácter, que lhe dão o direito de ser chamado aos mais eminentes postos da república [...]. Pede, implora, suplica, arrasta-se, lambe; e de repente manda, sentença, ira-se, apruma-se, condena e excumunga. Ninguém é mais flexível enquanto dura a esperança, ninguém mais Catão depois da recusa formal⁶⁹; Francisco Maria Bordalo comentava: «É desgraça que se não imprima diversa direcção às tendências da mocidade, que se não afaste a juventude da horrível tentação de girar em torno das secretarias de estado, procurando enroscar-se como bicho-da-seda nas folhas do orçamento! E a agricultura, e a indústria, e o comércio, e as nossas ricas possessões ultramarinas, que oferecem tão vasto campo à inteligência e ao trabalho — tudo abandonado ou entregue a mãos inábeis!...»⁷⁰

O Conselho Superior de Instrução recomendava dois recursos para reduzir o número de estudantes em Direito — aumentar o rigor do exame preparatório e dividir a concorrência, formando um curso de estudos económico-político-administrativos para os empregados da fazenda e da administração civil.

Questão não menos grave do que a da demasiada preferência pela formatura em Direito era a do baixo nível do curso e da inadequação das habilitações que conferia, perante o reconhecimento de outras necessidades, em termos de novas competências.

Mas era sobretudo fora da Universidade que se esperava poder criar instâncias para a formação de novos quadros concordes com as *precisões sociais*, de preferência instalando-as na capital, cuja importância aumentava com a crescente tendência para a centralização administrativa (o Porto, que, com Lisboa, controlava a banca, o comércio e a indústria, tinha também naturalmente exigências a apresentar a este respeito).

Decretava-se, em 1835, a extinção da Junta da Directoria-Geral dos Estudos, que funcionava em Coimbra presidida pelo Reitor da Universidade, substituindo-a por um Conselho Superior de Instrução Pública, em Lisboa, presidido pelo ministro do Reino⁷¹. No texto do decreto fazia-se notar: «Um corpo superior, que formalize, proteja e uniformize os estudos, é por

* Latino Coelho em *A Semana*, citado em Francisco Maria Bordalo, *Viagem à roda de Lisboa*.

⁶⁹ Francisco Maria Bordalo, *op. cit.*

⁷¹ Este Conselho Superior de Instrução Pública extinguiu-se no mesmo ano de 1835, voltando a criar-se em Coimbra um Conselho-Geral Director do Ensino Primário e Secundário, que em 1843 passaria a chamar-se de novo Conselho Superior de Instrução Pública e permaneceria em Coimbra até 1859; a partir daí instala-se em Lisboa, denominando-se então Conselho-Geral de Instrução Pública (dois *homens de letras* — Rebelo da Silva e Andrade Corvo — são escolhidos para seus vogais).

certo de absoluta necessidade; mas este corpo jamais preencheria o seu objecto separado da acção imediata do Governo.»

Outra medida de «choque» seria a fundação do Instituto de Ciências Físicas e Matemáticas em Lisboa. A Universidade reagiria tenazmente e conseguiria anular ambas as iniciativas, naquele mesmo ano, com a entrada de novo ministério ⁷².

Dois anos depois, já com os setembristas no Governo, engendrava-se uma solução de compromisso, criando em Lisboa e no Porto dois estabelecimentos destinados, a longo prazo, a propagar uma instrução científica superior, embora de imediato aparecessem com objectivos mais modestos. Eram esses estabelecimentos a Escola Politécnica de Lisboa, que tomava o lugar do Colégio dos Nobres, onde tinha continuado a ministrar-se um ensino literário e galante (o Grego, o Latim, a Esgrima e a Música eram ainda as matérias ministradas), e a Academia Politécnica do Porto, que substituíra a Academia da Marinha e do Comércio. A Escola Politécnica, habilidosamente colocada na dependência do Ministério da Guerra, preparava alunos para seguirem os cursos das escolas de aplicação do exército e da marinha; a Academia Politécnica (não equiparada à Escola de Lisboa, note-se) formava engenheiros, oficiais da marinha, pilotos, comerciantes e directores de fábricas ⁷³.

Ao fundar a Escola Politécnica, dizia Sá da Bandeira, então ministro da Guerra: «Todos os literatos, discrepando talvez nos melhores modos de a ditar, concordavam contudo na sua necessidade.» Escola desejada por muitos, a Politécnica iria, efectivamente, desempenhar um papel importante na formação de uma camada de intelectuais e políticos lisboetas da geração de 50 que não cursaram a Universidade de Coimbra ⁷⁴; para alguns deles, ela oferecia também possibilidades de desempenho de funções docentes — tal o caso de Serpa Pimentel, Andrade Corvo, Latino Coelho, lentes da Escola onde tinham sido alunos, ou de José Estêvão, ali professor de Economia Política durante quatro anos (demitido em 1844, quando da revolta de Torres Novas), etc.

No que respeita à Universidade, a reforma de Passos Manuel, que prudentemente chamara o vice-reitor a cooperar, não implicaria modificações profundas, logrando, no entanto, fundir Leis e Cânones numa só Faculdade de Direito e introduzir algumas cadeiras novas em várias Faculdades — são sintomáticas de preocupações tecnologizantes, por exemplo, as cadeiras de Economia Política, Direito Comercial e Administrativo (com redução, por outro lado, do estudo de Direito Canónico e Romano) e os novos cursos de Agricultura, Economia Rural e Tecnologia na Faculdade de Filosofia.

⁷² O ministro do Reino, Luís Mouzinho de Albuquerque, mau grado ter trabalhado já em 1821 para a implantação do regime politécnico em Portugal, seria levado agora a submeter-se aos interesses da Universidade, ao que parece representada directamente por alguns dos seus próprios elementos que tinham entrado para o Governo.

⁷³ Damião Peres, *História de Portugal*, vol. VII.

⁷⁴ Quanto à tão desejada *utilidade do ensino*, é de crer que a Escola Politécnica ficasse aquém das expectativas dos que a tinham concebido, pelo menos nalgumas disciplinas; nos anos 70 continuar-se-ia ainda a criticar a falta de um ensino prático: «[...] dois anos se estudam as ciências químicas naquela escola, ao cabo dos quais nenhum aluno sabe fazer um filtro, nem preparar o oxigénio ou o ácido clorídrico; mas escuta, em compensação, uma longa série de prelecções sobre filosofia química [...]» (Ver Joel Serrão, «Sondagem cultural à sociedade portuguesa de 1870», in *O Tempo e o Modo*, n.º 36, 1966.)

Esta reforma de remendos, que deixara afinal por resolver o problema da modernização da Universidade, descontentaria uns por excesso e outros por defeito. Entre os que apoiavam a Universidade da velha ordem usava-se (e abusava-se) de uma mesma argumentação, que consistia em acusar os descontentes de seguirem servilmente a França: «A guerra que hoje se faz à Universidade, cremos nós, deriva mais do espírito de imitação do que de ideias pessoais. Em França é hoje quase mania o dizer mal da Universidade [...]. Não é por isso maravilha que entre nós haja homens que entendam dever abolir-se também a nossa, levados das ideias dos Franceses, que, mau grado nosso o confessamos, se estão desatinadamente seguindo em quase tudo, mormente em matéria de instrução e legislação.»⁷⁵

Mas, apesar da «guerra» que se lhe fazia, a Universidade coimbrã manter-se-ia, até à República, impenetrável a transformações radicais e a Faculdade de Direito continuaria a fornecer o pessoal para os lugares de direcção na função pública e também grande parte do pessoal político superior.

À margem do aparelho escolar, o movimento cultural encontrava outras vias para se expandir. Tornava-se acontecimento frequente a formação de associações de *amigos das artes e das letras*, destinadas a aumentar os conhecimentos dos seus sócios através «de leitura, discussão e mútua comunicação» e, ao mesmo tempo, a «trabalhar pela difusão da instrução nacional», segundo as próprias palavras com que uma dessas associações exprimia os seus objectivos (a Sociedade das Ciências Médicas e da Literatura, fundada em 1833, mais tarde denominada Sociedade Literária Portuense).

No entanto, entre as associações culturais que se iam fundando haverá que distinguir as que tinham uma actividade mais restrita, mais voltada para dentro, cujos produtores e consumidores pertenciam fundamentalmente ao mesmo pequeno grupo de associados, composto, na sua maioria, por literatos socialmente pouco diferenciados, e, por outro lado, as associações mais abertas, mais empenhadas em generalizar a instrução com um público recrutado nas camadas populares, objecto dos esforços paternalistas dos intelectuais, que, em regra, eram quem estava na origem da iniciativa e quem orientava o seu funcionamento — nas associações culturais anteriores aos anos 50 parece ter sido dominante o primeiro tipo, enquanto o segundo se manifestaria em força sobretudo a partir daquela data.

Relativamente às primeiras, grande número dos sócios era constituído por jovens, muitos deles ainda estudantes, no início da sua carreira de intelectuais. Em geral, uma ou mais personalidades em destaque figuravam à cabeça do grupo de associados, umas vezes elas próprias inspiradoras da iniciativa, outras vezes convidadas para legitimar com o seu nome e a sua presença as sociedades recém-fundadas — tal o caso da Sociedade Escolástico-Filomática, fundada em 1839 por um grupo de estudantes das escolas superiores de Lisboa e que tinha como presidente honorário Garrett, a quem Latino Coelho⁷⁶, então jovem aluno da Escola Politécnica, convidava para uma primeira sessão literária, escrevendo-lhe nos seguintes termos: «A So-

⁷⁵ *Revista Literária do Porto*, t. xi, p. 436, 1841.

⁷⁶ Além de Latino Coelho, Andrade Corvo, Rebelo da Silva, Silva Túlio, Mendes Leal e Lopes de Mendonça encontravam-se entre as figuras da nova geração de futuros literatos que começavam a assinalar-se na Escolástico-Filomática.

cidade ousa lisonjear-se na esperança de que V. Ex.^a, acedendo aos sentimentos de benevolência que lhe há manifestado, se dignará, esquecida a mesquinhez desta instituição nascente, olhar aos bons desejos que a animam a levar a cabo os encargos que nos seus estatutos se há proposto; e a honrará assistindo à sua discussão, que terá lugar nas casas da Sociedade [...]»⁷⁷ (o tema da discussão: «Se a dominação dos Filipes de Espanha em Portugal influiu na decadência do comércio, artes e ciências no mesmo reino»). Além de Garrett, também Herculano, Castilho e Silvestre Pinheiro, que eram sócios honorários, assistiam frequentemente às sessões.

O aperfeiçoamento da prática da retórica parece ter sido um dos objectivos privilegiados por estas sociedades culturais, o que era de esperar numa época em que as prendas de eloquência dos parlamentares atraíam à Assembleia um público deleitado — Bulhão Pato recordaria que, ao vir para Lisboa, miúdo ainda, pedira ao pai que o levasse às Cortes. «Tinha já visto o teatro e queria ver aquele outro teatro mais real e não menos cortado de paixões nobres e miseráveis»; para grande deslumbramento do pequeno, ao entrar em São Bento, era José Estêvão quem estava no uso da palavra⁷⁸.

Assim, a referida Sociedade Escolástico-Filomática fora fundada primordialmente para ser «uma arena de tirocínio parlamentar e oratório», por ela tendo passado «alguns oradores que», dizia o folhetinista Júlio César Machado*, «mais tarde vieram a ser a honra e a glória da tribuna e do foro; e muitos escritores que adquiriram pelo tirocínio da palavra a facilidade, a abundância, a espontaneidade, a rapidez e fluência na expressão»⁷⁹.

As sessões desta Sociedade depressa se tornaram notadas; comentava-se, para lá das suas salas, os discursos e as réplicas ali ditos. A actividade da Escolástico-Filomática estimulava, assim, outras iniciativas por efeito de imitação — ainda segundo J. C. Machado, «a fama dessas sessões memoráveis chegara às escolas e uns poucos mancebos, impressionados pelos triunfos do talento, pelas seduções da eloquência, pelas vitórias da argumentação, empreenderam fundar também um clube»⁸⁰. Surgiria assim uma nova associação, a Sociedade Foco-Literária, onde, na sessão inaugural, um aluno da Escola Politécnica faria um inesperado e curioso discurso contra a arte oratória... «Onde poderá levar-nos esta deplorável diligência de nos fazermos oradores?», perguntava o jovem. «A eloquência é uma arma funesta, é um instrumento perigoso. Falar bem; que detestável habilidade! Dar à verdade os artifícios que só convêm à mentira e apresentar a mentira armada e enfeitada a fingir que é verdade! [...] Lede a história, senhores, lede a história de um governo representativo qualquer, seja qual for, todos servem, e vereis quantos estadistas começaram por ser declamadores populares para conseguirem armar melhor poleiro à sua venalidade [...]»⁸¹. Muito significativamente, o discurso seria interrompido e a sessão acabaria entre discussões violentas e confrontos físicos.

Já nalgumas das sociedades anteriores aos anos 50, a preocupação em difundir a cultura lograra alcançar um público relativamente largo — isto

⁷⁷ Gomes de Amorim, *op. cit.*, t. II, cap. XVIII.

⁷⁸ Bulhão Pato, *Sob os Ciprestes — Vida Intima de Homens Ilustres*, 1877.

⁷⁹ Júlio César Machado, *Aquele Tempo*.

⁸⁰ Id., *ibid.*

⁸¹ Id., *ibid.*

acontecia quando o discurso oral era suplantado pelo discurso escrito e este funcionava como via de comunicação entre as sociedades e o público, sob a forma de jornal. Caso da Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis (1837), ligada à figura de Herculano, que publicava um semanário ilustrado que conquistaria grande reputação, o *Panorama*. Esta publicação era distribuída não só na capital, mas também na província, para onde enviava cerca de 300 exemplares semanais⁸²; mantinha o baixo preço de 25 réis, quando o preço dos jornais não ilustrados andava à volta de 30 ou 40 réis. A Sociedade propunha-se, por este meio, propagar uma larga gama de conhecimentos de natureza enciclopédica, expostos em artigos «pobres de aparato tecnológico, mas ricos de noções simples e úteis»⁸³.

Num dos artigos dos estatutos da Sociedade afirmava-se que o jornal se não comprometeria «jamais em polémica política, nem mesmo com disfarçadas alusões ou apólogos chistosos» — precaução que se encontra repetidamente nos estatutos de várias associações, chefiadas por homens de diferentes orientações políticas e em datas correspondentes a governos dominados por diferentes facções. Por exemplo, a Sociedade dos Amigos das Letras (fundada em 1836 pelos professores do extinto Instituto das Ciências Físico-Matemáticas, entre os quais figuravam Oliveira Marreca e Dias Pegado) declarava também, nos respectivos estatutos, que decidira «arredar deste centro o espírito de partido, de sorte que fossem *irmãos em ciência* [sublinhados nossos] os homens das mais diversas crenças políticas». Mais tarde, nos estatutos do Grémio Literário (aprovados em 1846 por uma comissão presidida por Rodrigo da Fonseca e de que faziam parte Garrett, Oliveira Marreca, Fontes Pereira de Melo, etc.) incluía-se um artigo que estipulava: «É expressamente proibida toda a discussão que diga respeito aos partidos políticos do país.»

Tentar-se-ia, assim, impedir, através da proibição das polémicas políticas, situações ameaçadoras para o espírito de grupo dos associados, o que, por outro lado, faz presumir uma atitude de tolerância quanto à admissão de membros de diferentes tendências, na crença de que estas seriam sobrelevadas pelo espírito da «república literária *una e indivisível*».

Os intelectuais, envolvidos embora com os grupos dirigentes, ligados a facções partidárias e ocupando cargos parlamentares e postos na administração do Estado, esforçavam-se por isolar o nível cultural dos outros níveis das suas funções e por afirmar a sua autonomia enquanto «casta» pretensamente suprapartidária, capazes já de se organizar em nome de uma ideologia de neutralidade do Saber.

⁸² José Tengarrinha, *op. cit.*, p. 148.

⁸³ «O jornal se ocupará de considerações sobre a história nacional e estrangeira; notícias de antiguidades e monumentos; estatística e geografia do País; biografia dos novos varões ilustres, em armas e letras; literatura propriamente dita, compreendendo os elementos da teoria do discurso e a sua aplicação à língua portuguesa. A jurisprudência, a economia política, o direito administrativo, a indústria, o comércio e as belas-artistas servirão também de assunto a alguns artigos de aparato tecnológico, mas ricos de noções simples e úteis. Além destes objectos, o jornal apresentará também extractos de viagens interessantes, artigos curiosos de ciências naturais e ideias as mais elementares de astronomia e de outros ramos agradáveis das matemáticas. Máximas morais, bela poesia e anedotas históricas e pouco vulgares entrarão também no quadro do jornal.» (Silvestre Ribeiro, *op. cit.*, t. VIII, p. 405.)

O *Panorama* teve três séries: a 1.^a terminou em 1844 por falta de subsídios, mas uma 2.^a série publicar-se-á em 1846-47 e uma 3.^a de 1852 a 1858.

Neste sentido, é exemplar o documento sobre a *neutralidade literária*, redigido por Garrett na sequência dos trabalhos de uma das comissões constituídas na Liga Promotora dos Melhoramentos da Imprensa (uma associação criada em 1846 «por homens de letras e jornalistas»), a fim de deliberar sobre as providências a tomar para melhorar a imprensa e o comércio de livros.

Esse documento abria com um *parecer* onde se considerava estarem quase conseguidas a reforma da governação da Igreja e a dos governos de Estado sobrevindas às divisões, religiosas e políticas, pelo que se impunha contribuir para destruir «mesquinhas divisões de seita» e tornar «a profissão e os professores das letras sagrados para os partidos» — desiderato que se esperava satisfazer através de uma *declaração* solene a ser assinada pelo maior número possível dos homens de letras «mais notáveis e influentes de todos os partidos». Seguiu-se a fórmula proposta que nos parece de interesse transcrever: «Os abaixo assinados, escritores públicos e homens de letras, solenemente declaram que entendem ser inteiramente alheio às questões materiais e positivas do governo da nação, e às dos partidos em que ela se divide, o mister das letras, das ciências e das artes, e que, por isso, não reputam quebra do próprio pundonor e lealdade a livre cooperação do escritor em qualquer publicação periódica, empresa ou sociedade, para fins puramente literários, embora o espírito dessas publicações, empresas, ou sociedades represente ideias diversas das suas nas questões políticas da actualidade.

Declaram também que consideram esta nobre tolerância como um meio adequado a proteger o desenvolvimento da civilização e como prova de ânimo generoso; que, finalmente, se honrarão sempre de assim pospor mesquinhas preocupações às conveniências do progresso moral e intelectual do País, não reconhecendo em ninguém o direito de os taxar, a eles ou a outros quaisquer escritores que se associem ao seu pensamento, de mera constância política.» Assinavam Rodrigo da Fonseca Magalhães, visconde de Juro-menha, Herculano e Garrett.

Aliás, a actividade desenvolvida pela Liga Promotora dos Melhoramentos da Imprensa não buscava tão-só criar condições de autonomia para a *intelligentia*, ao nível do ideológico, mas diligenciava também obter-lhe vantagens materiais em que pudesse alicerçar a pretendida independência.

Muitas das questões debatidas na Liga — a questão dos portes de correio, da qualidade tipográfica, dos direitos de papel estrangeiro — intentavam, em última análise, criar condições para a expansão do mercado de bens culturais (através de medidas facilitando a difusão do impresso, sua melhor apresentação e mais baixo preço), expansão essa capaz, porventura, de oferecer uma alternativa profissional para o intelectual sujeito à dependência das instâncias políticas.

Quanto lhe pesava esta sujeição, indicara-o já o referido documento da neutralidade literária, em que, aliás, se reclamava também a necessidade de requerer às Cortes uma lei que declarasse inamovível «todo o *emprego e encargo literário ou quase literário* [sublinhados nossos] para que não venha desunir a cobiça o que a generosidade se esforça a ligar», ou, noutros termos, para que uma mudança da facção no poder não imponha despedimentos e substituições oportunistas... Idênticas preocupações ressaltavam da discussão da lei da propriedade literária, questão também estudada na Liga. Reconhecia-se a necessidade de colocar a propriedade literária nas mesmas condições jurídicas que a propriedade material e garantir aos

autores a protecção impessoal da lei. «Não temos Mecenas que dar ao génio», declarava Garrett ao propor o projecto de lei na Câmara dos Deputados em 1839 ⁸⁴, «temos leis que valem mais, que protegem melhor, que não deixam ao acerto do favor o cair a protecção em Horácio — ou em Mévio, segundo variar a aura e revolver a intriga dos palácios.»

Os acontecimentos políticos dos anos seguintes contribuiriam para deixar em suspenso esta lei da propriedade literária; alguns deputados, adversários políticos de Garrett, adiavam a sua discussão, declarando, a rir, que não queriam *legislar para poetas* — só em 1851 ela seria finalmente aprovada e posta em vigor.

De qualquer modo, a propriedade literária e artística estava na ordem do dia em vários países, que não só tomavam providências legislativas para a regular internamente, como também estabeleciam convenções entre si. Garrett podia afirmar, como muitos outros literatos europeus: «O grande empenho da Europa culta neste século é assegurar por estipulações internacionais, numa grande aliança de todos os estados civilizados, esta propriedade sagrada, destruir a piratagem das contrafacções que roubam o suor da indústria, o preço da saúde e muitas vezes da vida do sábio ou do artista que amiúde pagam com a vida essas grandes obras que fazem a glória de uma nação.» ⁸⁵

A caminho da profissionalização, os produtores de bens culturais procuravam afirmar-se como proprietários capazes de controlar o seu processo de produção e o destino dos seus produtos, um tanto como acontecia com os produtores de bens materiais que, embora em vésperas de se tornarem proletários, lutavam por deter a propriedade dos instrumentos de produção e da riqueza por eles criada.

Uns e outros apoiar-se-iam no associativismo para tentar atingir os seus objectivos. Os primeiros, numa certa identificação paternalista, atribuir-se-iam a responsabilidade de consciencializar os segundos — na missão dos intelectuais inscrever-se-ia uma nova tarefa, a de emancipar as camadas trabalhadores, elevando-as pela educação.

Neste ponto é de referir a acção daquele segundo tipo de associações atrás apontadas, associações que proliferaram a partir da Regeneração, dominantemente ocupadas com a difusão da instrução entendida como meio preventivo e remédio dos males sociais ⁸⁶.

Os intelectuais socializantes da geração de 50 encontravam-se entre os fundadores dessas associações, nalguns casos tinham-lhes redigido os estatutos ou eram seus presidentes (Sousa Brandão, Vieira da Silva, Silva e Albuquerque, etc.).

Os próprios nomes escolhidos para as associações davam claramente conta dos seus objectivos e do público que visavam — Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas de Lisboa, Associação Promo-

⁸⁴ Relatório publicado no *Diário do Governo* em Maio de 1839.

⁸⁵ De um officio de Garrett ao ministro dos Negócios Estrangeiros, comunicando-lhe a assinatura da convenção literária com a França em 1851 (Gomes de Amorim, *op. cit.*, t. II).

⁸⁶ «Para os males inseparáveis da desigualdade das condições sociais, males contra os quais nenhuma filosofia conseguiu ainda descobrir sistema de cura radical, a escola é o mais salutar dos meios higiénicos. A escola é mais que remédio — é preservativo» — do discurso de Casal Ribeiro, sócio da Associação Promotora da Educação Popular, ao dar-lhe a quantia de 10 000\$ para uma escola feminina, em 1859, quando já substituíra os seus arrebatamentos socialistas da década de 40 pela acção filantrópica. (Ver Silvestre Ribeiro, *op. cit.*, t. VI.)

tora da Educação Popular, Associação Civilizadora Popular, Grémio Popular, etc.). Elas criaram vários cursos gratuitos ou de custo módico, nomeadamente aulas nocturnas para adultos em que se ministrava a instrução primária e, nalguns casos, línguas (Francês e Inglês) e Desenho Linear, cursos que, por vezes, tinham um elevado número de alunos trabalhadores ⁸⁷.

Os intelectuais dispunham ainda de outros tipos menos formalizados de associações, como as que se constituíam nos *salões* e *cafés*.

Entre nós, no acanhado meio lisboeta, o fenómeno salão não tinha grandes possibilidades de se desenvolver; apesar de tudo, na década de 40, ele experimentaria um surto interessante. Um reduzido número de famílias tinham, então, a seu cargo animar a vida da boa sociedade da capital; predominavam entre elas representantes da antiga nobreza mais ou menos liberalizada e grandes negociantes e banqueiros, na sua maioria recentemente nobilitados. Na lista dos seus convidados figuravam alguns intelectuais e políticos proeminentes.

Os bailes eram talvez o tipo de reunião preferida, mas faziam-se também serões culturais, incluindo, por vezes, espectáculos nos teatros privados dos condes de Farrobo e do Carvalhal ou na casa de Maria Kruz (aristocracia financeira). Nesta última, Garrett lia, em 1843, o *Frei Luís de Sousa*, que seguidamente seria representado no teatrinho da Quinta do Pinheiro, distribuindo-se os papéis pelos amigos da família Kruz (o próprio Garrett desempenharia o papel de Telmo). Também Farrobo demonstrava grande interesse por este género de saraus e apoiava a iniciativa de Garrett de formar uma sociedade, a *Thalia*, para a qual este escreveria e adaptaria algumas peças. «É moda ser da *Thalia*», noticiava-se na *Revista Universal Lisbonense*; «contribui talvez poderosamente para isso a sociedade escolhida de pessoas que ali se reúnem, a qual dá às funções daquela casa um brilho especial.» O carácter galante e mundano da sociedade patenteava-se nos seus estatutos, em que se mandava prestar homenagem às decisões das senhoras, que, como sócias, eram «as amáveis árbritas» das resoluções da sociedade. O colaborador da revista comentava, lisonjeador: «A arte é sobretudo honrada quando se divertem em exercê-la cavalheiros e damas a quem o sangue e a posição social conferiram o ceptro da polícia de costumes e do bom gosto social»...

De resto, o fascínio dos literatos pelos raros exemplares nacionais de uma aristocracia cultivada evidenciava-se mesmo nos mais marcadamente «patuleias».

Bulhão Pato (simpatizante patuleia), ao evocar nas *Memórias* a figura do marquês de Niza, traçaria o retrato ideal do aristocrata, ao gosto romântico — «Libertino e místico! Distinção suprema [...] Perdia numa noite o património da família sem pestanejar! Até dos próprios vícios surgia o fidalgo de raça! [...] Chegava-lhe o tempo para tudo: seduzir mulheres, jogar até altas horas, frequentar espectáculos, meter-se em política, tratar

⁸⁷ Nas aulas nocturnas que funcionavam em São Pedro de Alcântara havia 244 alunos, cuja distribuição por profissões era a seguinte: 4 caixeiros, 4 calafates, 2 caldeireiros, 9 canteiros, 16 carpinteiros, 2 cauteleiros, 2 charuteiros, 4 criados de servir, 21 cordoeiros, 1 curtidor, 104 fabricantes, 2 fundidores, 1 padeiro, 17 pedreiros, 16 sapateiros, 2 serradores, 4 serralheiros, 2 tintureiros, 27 trabalhadores(?), 1 sem ofício (Silvestre Ribeiro, *op cit.*, t. x).

das suas demandas [...] Vestia com a maior simplicidade, mas com a máxima elegância [...] Por onde seguia mordendo o charuto havano, entoando um modilho favorito, deixava no ambiente eflúvios de grão-senhor.»

Culto (sabia de cor Dante, Tasso, Ariosto), falando perfeitamente várias línguas, empenhado na vida política, o marquês convivia com vários intelectuais — Andrade Corvo era seu companheiro inseparável, Bulhão Pato e Herculano iam aos seus jantares sumptuosos⁸⁸.

Também Gomes de Amorim, entusiasta dos ideais pró-republicanos quando rapaz, se sentia honrado em poder frequentar as reuniões em casa dos marqueses de Penalva — «Tudo quanto havia de mais célebre nas letras e nas ciências frequentava assiduamente aquela residência fidalga. Apesar de obscuro e humilde, tive eu também a honra de assistir a esses serões instrutivos e deleitosos [...] A marquesa, senhora tão distinta pelas qualidades do coração e pelos dotes do espírito, como pelo nascimento, acolhia todos com igual bondade e fazia as honras de sua casa com distinção suprema. Lhano, afável, delicado e instruído, o marquês sabia conciliar de tal modo os ânimos que concorriam ali pessoas de todas as cores políticas.»⁸⁹

Só por si, esta pequena descrição é indicativa de várias funções do salão. Para começar, o salão possibilitava o contacto dos intelectuais entre si e com um público. Lembramos que nestes anos 40 se estava a constituir um outro público mais largo e heterogéneo, cujas solicitações mereciam cada vez mais a atenção dos produtores de bens culturais; este público viria a substituir o salão, enquanto crítico e seleccionador da produção literária.

Mas o salão, entretanto, ia desempenhando um papel legitimador, promovendo aqueles que eram recebidos (e também aqueles que recebiam, sobretudo se eram nobilitados de fresca data ou apenas endinheirados).

Para os poder frequentar era necessário ser do *meio* ou amigo de alguém do meio — por exemplo, o jovem Gomes de Amorim teria conseguido acesso ao salão dos Penalvas através de Garrett, seu protector, então já nome famoso.

A dona da casa era um dos elementos fundamentais do salão; o seu papel era, em princípio, o que Gomes de Amorim louvava na marquesa de Penalva — saber receber todos com igual bondade —, o que Bulhão Pato admirava em Maria Kruz — ser capaz de reunir nas «suas inolvidáveis quintas-feiras homens políticos de todos os partidos».

Efectivamente, se o modelo aristocrático, em termos de sociabilidade, continuava a ser o privilegiado, à volta da aristocracia ascendiam elementos de uma nova classe que aquela era obrigada a reconhecer. O salão era um compromisso entre o «antigo regime» e o liberalismo, compromisso que, na conjuntura revolucionária da década de 40, admitia mesmo representantes de uma *intelligentsia* pequeno-burguesa identificada com as lutas populares.

Às vezes, no convívio entre estes e a aristocracia demonstrava-se a dificuldade do compromisso... Assim, numa tourada em que Lopes de

⁸⁸ Bulhão Pato conheceu Niza na casa de Herculano, antes da Regeneração. Grande proprietário, anticabralista, o marquês teria conspirado com Herculano em prol do golpe regenerador e logo a seguir voltaria a conspirar e fundaria *O País*, jornal de oposição ao Governo, de que eram redactores Herculano, Andrade Corvo e Bulhão Pato, entre outros.

⁸⁹ Gomes de Amorim, *op. cit.*, t. III, cap. IX.

Mendonça participava como forçado(!), a infanta que presidia, ao vê-lo ferido, comentava: «Deixem correr; é sangue patuleia: não se perde nada.» Lopes de Mendonça, no folhetim-crónica dessa semana, vingava-se chamando-lhe leoa desdentada. A questão não ficaria por aqui — a infanta pediria ao genro que a desafrontasse do «patuleia-literato». Os dois esmurramam-se e Lopes de Mendonça seguiu para casa para acabar rapidamente o seu drama *Afronta por Afronta* (tema: a luta entre nobres e plebeus...) ⁹⁰.

A par dos salões havia jantares literários que eram exclusivamente frequentados por intelectuais, como os famosos jantares na casa de Herculano na Ajuda, aos sábados (entre outros apareciam Oliveira Marreca, Rebelo da Silva, Bulhão Pato, Lopes de Mendonça, Francisco Maria Bordalo, etc.), ou, às quartas-feiras, os jantares de Rebelo da Silva (os convivas eram os mesmos, com pequenas variantes) — Herculano pontificava; muitos dos frequentadores desses jantares tinham iniciado a carreira trabalhando com ele, como era o caso de Rebelo da Silva. Tais jantares eram expressões da existência de uma espécie de *sociedade de apoio mútuo*, que, apesar de informal, tinha o seu presidente, uma hierarquia, rituais de acesso (os próprios jantares desempenhavam por vezes essa função — por exemplo, um jantar celebrado quando da apresentação de G. de Amorim, acabado de chegar do Brasil e que Luís Augusto Palmeirim elogiara numa reunião na Ajuda).

Uma variante dos jantares seriam os chás literários como os que eram oferecidos por Ribeiro de Sá quando director da *Revista Universal Lisbo-nense* (lá se encontravam de novo Oliveira Marreca, Rebelo da Silva, Lopes de Mendonça, Bulhão Pato, Andrade Corvo, etc.) ⁹¹.

Os *cafés*, mais abertos, mais adequados aos novos tempos do que os salões, iriam substituí-los na segunda metade do século XIX. No entanto, já desde há muito que eles vinham preenchendo um lugar importante como centros de opinião (entre nós, iniciara-se no século XVIII o seu papel de mediadores entre o intelectual e o público) — nos *cafés* compunham-se artigos para os jornais e revistas, liam-se as provas do livro de estreia, anunciavam-se e comentavam-se os últimos acontecimentos, conspirava-se, fazia-se propaganda política, firmavam-se ou abalavam-se reputações. Os que já eram personalidades apareciam para se fazer escutar pelos «rapazes», mas também para os ouvir. Por muito democratizante que pudesse ser a forma de associação permitida pelo *café*, ela tinha, no entanto, as suas restrições. Se as portas dos *cafés*, ao contrário das portas dos salões, estavam em princípio abertas a qualquer um, a verdade é que, segundo J. César Machado, «ninguém se demorava à porta do Marrare sem haver ganho celebridade e sem ter lenda». Era necessário ser iniciado, cada *café* tinha a sua população (ao Marrare das sete portas ia a gente de teatro; ao Marrare do Chiado, os literatos e os estróinas, a *jeunesse dorée* do tempo; ao Suço, os mais novatos) e dentro de cada *café* haveria, nalguns casos, lugares demarcados (no Martinho, ainda de acordo com César Machado, não era indiferente estar numa ou noutra mesa: havia a mesa dos literatos grandes, a dos regulares, a dos baixos e a mesa da missanga dos literatos, «uns poucos de fedelhos sábios e de alguns não sábios»).

⁹⁰ Bulhão Pato, *op. cit.*

⁹¹ Júlio César Machado, *op. cit.*, p. 113.

O desenvolvimento da actividade jornalística, em que participava um número crescente de intelectuais, fazia dos escritórios das tipografias um outro local de reunião para estes, mau grado a falta de conforto e de instrumentos de trabalho cultural — «As tipografias têm uns escritórios detestáveis, mal iluminados, mal mobilados, sujos, húmidos, feios impossíveis, [...] não há livraria, não há colecção dos jornais pela sua ordem, não há sequer dicionários! E, todavia, é ali que se escreve quase sempre cada noite, é ali que se pensa, que se discute, que se ensina! É ali que os senhores Sampaio, António Serpa, José Estêvão, Rebelo da Silva, Lobo d'Ávila, Lopes de Mendonça, Tomás de Carvalho, Gomes de Abreu, Mendes Leal, Francisco Bordalo, Casal Ribeiro e mil outros têm passado as suas verdadeiras horas de jornalistas!»⁹²

ANEXO

Referências biográficas sobre os intelectuais, políticos e burocratas oitocentistas assinalados no texto

Nomes	Origem geográfica	Profissão do pai	Cursos	Cargos principais	Produção literária
José Liberato Freire de Carvalho (1772-1855)	Monte Sião	?	Teologia. Filosofia	Professor. Jornalista. Arquivista (Câmara dos Pares). Administrador da Imprensa Nacional. Adido do Ministério dos Estrangeiros. Deputado	Colaboração em jornais e revistas (<i>Investigador Português; Campeão Português em Lisboa; Gazeta de Lisboa</i>). Ensaios históricos e políticos. Traduções de obras políticas e teológicas
Borges Carneiro (1774-1833)	Resende (Viseu?)	Barqueiro (?)	Cânones	Juiz de fora. Provedor. Secretário da Junta do Código Penal Militar. Deputado	Escritos políticos e jurídicos
Mouzinho da Silveira (1780-1849)	Castelo de Vide (Portalegre)	Médico	Leis	Juiz de fora. Provedor. Administrador-geral da Alfândega. Ministro. Deputado	Escritos políticos, jurídicos e económicos
Silva Carvalho (1782-1856)	Santa Comba Dão (Viseu)	Lavrador	Leis	Magistrado. Ministro. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça	—
Ferreira Borges (1786-1838)	Porto	Armador	Leis	Advogado. Secretário da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Douro. Síndico da Câmara Municipal do Porto. Deputado. Jornalista	Escritos jurídicos e económicos. Colaboração em jornais (<i>O Palinuro; O Chaveco Liberal</i>)
José Maria Xavier de Araújo (1786-?)	Arcos de Valdevez	Desembargador. Conselheiro da Fazenda	Cânones	Magistrado. Provedor. Juiz do Tribunal do Comércio. Deputado	Escritos políticos (no <i>Conimbri-cense</i>)

Nomes	Origem geográfica	Profissão do pai	Cursos	Cargos principais	Produção literária
Almeida Garrett (1799-1854)	Porto	Proprietário rural. Funcionário da Alfândega	Leis	Jornalista. Correspondente. Comerciante no Havre. Oficial da Secretaria dos Negócios do Reino. Chefe da Repartição da Instrução Pública. Cônsul. Inspector-geral dos Teatros. Cronista-mor do Reino. Deputado. Ministro. Par do Reino	Teatro. Poesia lírica. Romance. Colaboração em jornais e revistas (<i>O Toucador; o Português; O Cronista; O Chaveco Liberal; O Precursor; O Português Constitucional; A Regeneração...</i>)
Passos Manuel (1801-62)	São Martinho de Guifões (Porto)	Comerciante. Proprietário rural	Leis	Advogado. Deputado. Ministro. Governador civil. Par do Reino	Colaboração em (<i>O Amigo do Povo</i>). Escritos legislativos
Luz Soriano (1802-91)	Lisboa	Órfão (mãe empregada doméstica)	Medicina (Universidade de Coimbra)	Jornalista. Chefe de repartição no Ministério da Marinha. Deputado	Colaboração em jornais e revistas (<i>Crónica da Terceira; Diário do Governo</i>). História. Escritos políticos
Oliveira Marreca (1805-89)	Santarém	?	?	Administrador da Imprensa Nacional. Professor de Economia Política. Lente do Instituto Industrial. Deputado. Guarda-mor do Arquivo Nacional	Colaboração em jornais e revistas (<i>Revista Económica; Atheneu; Panorama; Ilustração; Jornal Universal; Revolução de Setembro</i>). Romance histórico
Rodrigues Sampaio (1806-82)	São Bartolomeu do Mar(Esposende)	Lavrador	Humanidades e Teologia (Braga)	Secretário-geral da Administração. Administrador-geral do distrito. Deputado. Conselheiro do Tribunal de Contas. Presidente do Conselho de Ministros. Jornalista	Colaboração em jornais e revistas (<i>Vedeta da Liberdade; Revolução de Setembro; Espectro</i>)
José Estêvão (1809-63)	Aveiro	Médico	Leis	Deputado. Jornalista. Lente da Escola Politécnica	Colaboração em jornais e revistas (<i>O Tempo; Revolução de Setembro; A Liberdade</i>)

Nomes	Origem geográfica	Profissão do pai	Cursos	Cargos principais	Produção literária
Alexandre Hercu- lano (1810-77)	Lisboa	Funcionário admi- nistrativo	Aula do Comér- cio. Diplomá- tica	Jornalista. Director das Bibliotecas Reais. Deputado. Presidente da Câmara de Belém	Colaboração em jornais e revistas (<i>Panorama; Diário do Governo;</i> <i>País; O Português; Almanagues</i> <i>Democráticos</i>). Romance. Estu- dos históricos. Poesia
Inocência F. da Silva (1810-76)	Lisboa	Comerciante. Ofi- cial de ordenan- ças	Humanidades. Aula do Co- mércio. Mate- mática (Aca- demia da Ma- rinha)	Capitão da Guarda Nacional. Ma- gistério particular. Amanuense do Governo Civil	Colaboração em jornais e revistas (<i>O Verdadeiro Amigo do Povo;</i> <i>O Verdadeiro Patriota; Revolu- ção de Setembro; Panorama</i>). Ensaio de crítica histórica, fi- lológica e literária
Sousa Brandão (1818-92)	Murtosa (Aveiro)	?	Curso de Esta- do-Maior. En- genharia Ci- vil	Militar (general). Director das Obras Públicas. Deputado	Colaboração em jornais e revistas (<i>O Eco dos Operários</i>). Escritos políticos e económicos
F. Maria Bordalo (1821-61)	Lisboa	Proprietário	Carreira da ar- mada (Acade- mia da Mari- nha)	Aspirante da marinha. Secretário do Governo de Macau	Colaboração em jornais e revistas (<i>Panorama; Arquivo Pitoresco</i>). Romance. Teatro. Narrativas de viagens
Andrade Corvo (1824-90)	Torres Novas (Santarém)	Oficial do exército	Matemática e Ciências Na- turais (Escola Politécnica). Engenharia (Escola do Exército). Me- dicina (Escola Médica de Lis- boa)	Lente da Escola Politécnica. Vo- gal do Conselho de Instrução Pública. Deputado. Ministro. Par do Reino	Colaboração em jornais e revistas (<i>Época; Revista Universal Lis- bonense; Jornal do Comércio;</i> <i>Revista Contemporânea; Mo- saico</i>). Romance histórico. Tea- tro

Nomes	Origem geográfica	Profissão do pai	Cursos	Cargos principais	Produção literária
Serpa Pimentel (1825-1900)	Coimbra	Decano da Faculdade de Direito	Matemática e Engenharia (Escola Politécnica e Escola do Exército)	Lente na Escola Politécnica. Jornalista. Deputado. Ministro.	Colaboração em jornais e revistas (<i>Farol; Opinião; O Português</i>)
Vieira da Silva (1825-68)	Lisboa	?	Aprendizagem de ofícios mecânicos. Auto-didacta	Tipógrafo. Amanuense da Direcção-Geral do Comércio e Indústria. Jornalista	Colaboração em jornais e revistas (<i>Revolução de Setembro; Revista Universal Lisbonense; Eco dos Operários; Reforma; Esperança e Arauto; Tribuna do Operário</i>)
Latino Coelho (1825-91)	Lisboa	Militar. Professor de Matemática	Engenharia (Escola Politécnica e do Exército)	Lente na Escola Politécnica. Militar (general). Jornalista. Deputado. Ministro. Par do Reino	Colaboração em jornais e revistas (<i>A Semana; Revolução de Setembro; Peninsular; Eco dos Operários</i>). Ensaios históricos e filosóficos
Lopes de Mendonça (1826-65)	Lisboa	?	Academia da Marinha	Aspirante da marinha. Bibliotecário da Academia Real das Ciências. Jornalista. Professor de Literatura. (Curso Superior de Letras). Deputado	Colaboração em jornais e revistas (<i>Revolução de Setembro; Eco dos Operários; A Semana; Revista Peninsular; Arquivo Pitoresco; Panorama; Ilustração Luso-Brasileira</i>). Romance. Crítica literária.
Gomes de Amorim (1827-91)	Averomar (Viana do Castelo?)	?	Primeiras letras. Autodidacta	Ajudante de escrivão. Conservador da Biblioteca Naval. Jornalista	Colaboração em jornais e revistas (<i>Jardim Literário; Arquivo Pitoresco; Revolução de Setembro; A Folha; O Patriota; Regeneração; Reforma</i>). Poesia. Romance. Teatro. Biografia.

Nomes	Origem geográfica	Profissão do pai	Cursos	Cargos principais	Produção literária
Bulhão Pato (1829-1912)	Bilbau	Proprietário fundiário	Escola Politécnica	Jornalista	Colaboração em jornais e revistas (<i>Revista Universal Lisbonense; A Semana; Revista Contemporânea; Revista Peninsular; Revolução de Setembro</i>). Poesia. Memórias
Júlio César Machado (1835-90)	Lisboa	Proprietário	Colégio Militar, Escola Médica de Lisboa) (incompleto)	Tradutor. Revisor. Jornalista. Secretário do Instituto Industrial	Colaboração em jornais e revistas (<i>Eco Literário; Revolução de Setembro; Semanário; Folhetim; A Semana; Opinião; Gazeta do Povo</i>). Romance. Folhetim-crônica. Memórias